



PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



MUNICÍPIO DE GUATAMBU-SC

Versão 5

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

2025

PÁGINA DE ASSINATURAS DO GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS - GRAC

Nome	Cargo/Função
Prefeitura de Guatambu	Prefeito Municipal Luiz André Sperotto
Prefeitura de Guatambu	Vice-Prefeito Evandro Bassetto
Coordenadoria Municipal de Defesa Civil	Coordenador Municipal de Defesa Civil Manuelle O. P. Almeida
Assessoria Jurídica	Assessor Jurídico Arno Etges
Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento	Secretário João Paulo de Souza Bueno Battistella
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Secretário João Luiz Favoro
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Secretário Odair Killian
Secretaria de Assistência, Habitação e Promoção Social	Secretária Lourdes Deffaveri Sgarbossa,
Secretaria da Saúde	Secretária Elizangela Taffarel de Castro
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	Secretária Sandra Regina Guerra
Vigilância Sanitária	Fiscal de Vigilância Manuelle O. P. De Almeida
Vigilância Epidemiológica	Enfermeira Ozana M ^a Bedin Somacal
Coordenação de Planejamento	Coord. Planejamento Marcelo Rossato

Conselho Tutelar	Plantão
Assessoria de Comunicação Municipal	Assessora de Comunicação Claudiana Fávero
Representante da Sociedade Civil	Marcos Aorelio Rissi
6º Batalhão de Bombeiro Militar de Santa Catarina	Capitão BM Nunes
1º GBM CBMSC - Efapi	Subtenente BM Gomes
3 RBM - COBOM	Major BM Kehl
Polícia Militar de Santa Catarina	Responsável pelo Destacamento da PM de Guatambu ST Cezar Augusto
Delegacia Regional de Polícia Civil	Responsável pela Delegacia de Guatambu Agente Alexandre Tiago Rios
Instituto Geral de Perícia (IGP) e/ou Instituto Médico Legal (IML)	
Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU	
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC	Extensionista Dirceu Junior Ferri
CASAN	Nilton Luiz Silveira
CELESC	
Coordenadoria Regional de Defesa Civil - COREDEC	1º Sgt BM Vilson Antonio Zamboni

REGISTRO DE ALTERAÇÕES:

DATA	USUÁRIO	VERSÃO	
12/06/2023	Manuelle O. P. De Almeida	02	Alteração GRAC
11/09/2023	Manuelle O. P. De Almeida	03	Alterações: GRAC e dados IBGE
02/10/2023	Manuelle O. P. De Almeida	04	Alterações sugeridas na Audiência Pública de Aprovação
03/2025	Manuelle O. P. De Almeida	05	Adequações para padronização estadual

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 INSTRUÇÕES PARA USO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO	8
2. OBJETIVO GERAL	8
2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
3. MARCO LEGAL E NORMATIVO	9
4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	13
4.1 Aspectos Socioeconômicos	15
4.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	15
4.3 Atividades Econômicas	15
4.4 Características físicas	16
4.4.1 Clima	16
4.4.2 Pluviometria	19
4.4.3 Pedologia	21
4.5 Hidrografia	22
4.6 Saúde	22
4.7 Assistência Social	23
4.7.1 Secretaria Municipal De Assistência Social/Órgão Gestor	24
4.8 Segurança	25
4.9 Obras	26
5. HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS E ANTROPOGÊNICOS	26
6. CENÁRIOS DE RISCO EM GUATAMBU REFERENTES A PROCESSOS GEOLÓGICOS, HIDROLÓGICOS, METEOROLÓGICOS E CLIMATOLÓGICOS.	27
6.1 Riscos Geológicos	27
6.1.1 SC_GUATAMB_SR_1_CPRM	31
6.1.2 SC_GUATAMB_SR_2_CPRM	32
6.1.3 SC_GUATAMB_SR_3_CPRM	33
6.1.4 SC_GUATAMB_SR_4_CPRM	33
6.1.5 SC_GUATAMB_SR_5_CPRM	34
6.1.6 SC_GUATAMB_SR_6_CPRM	35
6.1.7 SC_GUATAMB_SR_7_CPRM	35
6.1.8 SC_GUATAMB_SR_8_CPRM	36
6.1.9 SC_GUATAMB_SR_9_CPRM	37

6.1.10 SC_GUATAMB_SR_10_CPRM	37
6.1.11 SC_GUATAMB_SR_11_CPRM	38
6.2 Riscos Meteorológicos	41
6.3 Riscos Climatológicos	41
6.4 Riscos Climatológicos - Incêndio Florestal	42
6.5 Riscos Biológicos	45
6.6 Riscos Tecnológicos	45
6.7 Riscos Tecnológicos - Incêndios em Plantas Industriais	48
6.8 Riscos Tecnológicos - Rompimento/colapso de barragens	50
7. ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA	51
7.1 Abrigos	51
8. PLANO DE CHAMADA	60
8.1 AÇÕES E PROCEDIMENTOS	61
8.2 RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS	65
9. PROCEDIMENTOS PARA DESATIVAÇÃO DO PLANCON	79
10. AVALIAÇÃO PÓS-AÇÃO	80
11. REFERÊNCIAS	81
ANEXOS	83

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Contingência é um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previstos na Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE. Nele se define e caracteriza o cenário de risco, se explicitam os níveis de risco/prontidão considerados e se estabelecem as dinâmicas e ações operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco(s) alude(m), incluindo questões de comunicação, protocolos operacionais, recursos humanos a mobilizar, recursos/materiais a utilizar e sistema de coordenação operacional, através da previsão e acionamento de um Sistema de Comando de Operação (SCO) para gestão de crise.

Contingência é uma situação de incerteza, quanto a um acontecimento, evento adverso ou situação de emergência, que pode ou não ocorrer, durante um período de tempo. Assim, um Plano de Contingência é um plano previamente elaborado para orientar as ações de preparação e resposta a um determinado cenário de risco, caso o evento adverso venha a se concretizar. Ele define as ações a desenvolver em uma região para atender as emergências e as responsabilidades que a cada um incumbem. O plano também contém informações sobre as características da área e sistemas envolvidos. Seu intuito principal é treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e situações anormais. Elaborado com antecedência, ele ajuda a:

- a) facilitar as atividades de preparação;
- b) otimizar as atividades de resposta.

O Plano de Municipal de Contingência – PLAMCON para Processos Geológicos, Hidrológicos, Meteorológicos e Climatológicos do Município de Guatambu, situado na Região Oeste do Estado de Santa Catarina inserir informações do município, adiante sempre designado por PLAMCON-Guatambu-SC, responde à exigência postulada na Lei Federal Nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e mais especificamente ao Art. 22 - §2º - II, que estabelece como competência dos municípios “elaborar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil”. (BRASIL, 2012).

O PLAMCON-Guatambu-SC foi elaborado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, Gerencia de Preparação da Defesa Civil Estadual e pelo Grupo de Ações Coordenadas (GRAC) grupo este que é formado por órgãos e entidades integrantes da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).

1.1 INSTRUÇÕES PARA USO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO

Para melhoria deste Plano de Contingência, os órgãos envolvidos na sua elaboração e aplicação, deverão realizar exercícios simulados conjuntos, ao menos (01) uma vez ao ano, sob a Coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, emitindo relatório ao final, destacando os pontos do Plano de Contingência que merecem alteração ou reformulação, as dificuldades encontradas na sua execução, e sugestões de aprimoramento dos procedimentos adotados. Sempre que se justifique, com base nas informações contidas nos relatórios, os órgãos participantes reunir-se-ão para elaborar a revisão do plano, lançando uma nova versão, que deverá ser distribuída para todos.

2. OBJETIVO GERAL

Garantir a segurança e o bem-estar da população diante de situações de emergência ou desastres, minimizar os impactos negativos e preservar a infraestrutura básica. Fortalecer a capacidade de resposta e recuperação, promovendo a coordenação entre órgãos governamentais, entidades locais e a comunidade, visando à prevenção e o gerenciamento eficiente das crises.

2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os riscos e ameaças específicas do município;
- Estabelecer procedimentos claros para acionamento e mobilização das equipes de resposta em situações de emergência;
- Estabelecer um sistema de comunicação eficiente para informar a população sobre situações de emergência;
- Garantir a prontidão e o adequado funcionamento dos serviços essenciais durante uma crise;
- Estabelecer a gestão e funcionamento de abrigos temporários;
- Estabelecer procedimentos de evacuação em casos de desastres;
- Estabelecer protocolos de comunicação entre os órgãos governamentais e as entidades locais envolvidas na gestão de crises;

- Estabelecer parcerias com instituições e organizações locais para ampliar a capacidade de resposta em situações de crise;
- Estabelecer mecanismos de apoio psicossocial para os afetados por desastres;
- Assegurar o fornecimento adequado de recursos (humanos e materiais) e suprimentos durante uma crise;
- Estabelecer procedimentos para avaliar danos e prejuízos causados por desastres;
- Promover a participação ativa da comunidade no processo de planejamento, implementação e monitoramento do plano de contingência.

3. MARCO LEGAL E NORMATIVO

Para embasamento das ações propostas neste PLAMCON, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Portaria nº 260 de 2 de fevereiro de 2022 do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Portaria 3646 do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Instrução Normativa/MI 02/2016;
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da

Integração Nacional.

- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.
- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.



- Portaria GM/MS N° 4.085, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022.
- Portaria GM/MS N° 4.185, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2022.
- Nota Técnica N.º 004/2021 - DIVS/SUV/SES/SC, orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.
- Lei 12.608, de abril de 2012 - PNPDEC;
- Lei 12.983, de Junho de 2014 - Transferência de Recursos;
- Decreto Federal n° 7.257, de 4 de agosto de 2011 - SINPDEC;
- Decreto Estadual n° 3.570, de 18 de dezembro de 1998 - SIEDEC;
- Decreto Municipal n° 238, de 2023 - Nomeação COMPDEC.
- Lei n° 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Nota Técnica Conjunta DIVS e Defesa Civil N.º 002/2022, dispõe sobre a regulamentação do uso de Kit para Transporte de Água fornecido pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina para os municípios em enfrentamento da estiagem.

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

DADOS	
Município:	Guatambu
Localização:	-27.132809, -52.785076
Altitude média:	530 m do nível do mar
Área:	206,196 km ²
População:	8.425 pessoas
Densidade Demográfica:	40,86 hab/km ²
IDHM	0.717
PIB (anual):	R\$ 75.652,73
Orçamento (anual):	R\$ 42.719.590,00
Arrecadação (anual):	R\$ 42.719.590,00
Receita Corrente Líquida (anual):	R\$ 42.719.590,00

Municípios Limítrofes	Vias de Acesso
Norte e Leste - Chapecó	Rodovia Balseiros do Uruguai Acesso secundário: SC-283
Sul – Rio Grande do Sul	Rio Uruguai até a Foz do Rio Lambedor
Oeste – Caxambu do Sul	Estrada Geral Guatambu-Caxambu

Localidade	População Estimada	Percentual da População
Área Urbana	4447	52,78%
Fazenda Zandavalli	597	7,09%
Linha Annes	78	0,93%
Linha Barragem	105	1,24%
Linha Bettu	145	1,72%
Linha Bolsoni	73	0,87%
Linha Divisora	33	0,39%
Linha Elesbão	40	0,47%
Linha Feliz	36	0,43%
Linha Flor	58	0,69%
Linha Gramado dos Rosas	247	2,93%
Linha Lajeado Peão	382	4,53%
Linha Kilian	317	3,76%
Linha Matte	65	0,77%
Linha Nova União	32	0,38%
Linha Porto Chalana	100	1,19%
Linha Schneider	50	0,59%
Linha Siqueira	68	0,81%
Linha Vila Nova	68	0,81%

4.1 Aspectos Socioeconômicos

De acordo com os dados de 2021 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a área territorial de Guatambu é de 206.196 km², população estimada de 8.425 habitantes, sendo aproximadamente 60% de pessoas do sexo masculino e 40% do sexo feminino, densidade demográfica de 22.73 hab/km², escolarização de 6 a 14 anos de 98,8% e taxa de mortalidade infantil de 20.83 óbitos por mil nascidos vivos. Em relação aos aspectos econômicos, o levantamento realizado pelo IBGE em 2017 apresenta 26.504,54 R\$ (x1000) em receitas realizadas e 22.205,57 R\$ (x1000) em despesas empenhadas. Já o PIB per capita em 2019 era de 53.957,22 R\$. Em 2020, o salário médio mensal era de 2.3 salários mínimos.

Em 2021, o salário médio mensal era de 2.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 56.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 92 de 295 e 3 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 958 de 5570 e 36 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 31% da população nessas condições, o que o colocava na posição 90 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 4489 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

4.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Conforme levantamento realizado em 2010 o IDHM (Índice de desenvolvimento humano municipal) de Guatambu é 0,717, essa é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Essa abordagem permite a interpretação de dados de qualidade de vida em uma localidade.

4.3 Atividades Econômicas

Essencialmente agrícola, Guatambu vive do cultivo de milho e feijão e da criação de frangos e perus, foi reconhecida pela Lei Ordinária 13.787/06 do estado de Santa Catarina como a Capital

Catarinense as matrizes de peru. Paralelamente à agricultura desenvolvem-se os alambiques, que produzem cachaça de boa qualidade, embora artesanal e para consumo local.

Dentre as atividades que mais geram emprego e renda em Guatambu, tem-se: Abate de aves 54,4% dos empregos, administração pública em geral 8,8%, fabricação de cartolina e papel-cartão 5,1%, fabricação de adubos e fertilizantes organominerais 2,4%, produção de ovos 2,4%, construção de rodovias e ferrovias 2,4%, transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 2,2%, criação de suínos 1,4%, manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo 1,4% e fabricação de estruturas metálicas 1,3%.

4.4 Características físicas

De acordo com dados oficialmente apurados, pelo IBGE, no censo de 2010, a taxa de abastecimento de água abrange 46,27% dos lares de Guatambu. O esgoto é tratado adequadamente em 8,9% dos domicílios e o lixo é coletado em cerca de 44,5% das residências. Já a média de consumo per capita de energia elétrica apresentou uma queda de 16,3% entre 2013 e 2017, último ano com dados consolidados.

A paisagem campeira, adornada por cascatas e cachoeiras, é predominante em Guatambu. Para os turistas, as atrações são variadas: estâncias de águas termais, turismo rural, gastronomia e festas típicas, museus e atividades ligadas ao ecoturismo.

Uma importante característica do município é a variedade de sua fauna preservada. Há veados, tatus, preás, quatis, ouriços, morcegos, micos e cutias. As aves mais comuns são o sabiá-branco e o sabiá-laranjeira, o pássaro-preto, o pardal, o pica-pau e o João-de-Barro. Os pequenos riachos da região são ricos em carpas, jundiás, lambaris, dourados, saicangas, piavas, cascudos, pintados e surubis. E nas matas locais, apesar da devastação, ainda é possível encontrar a canela, o cedro, a palmeira, o ipê, a cabriúva, o louro e o guatambu.

4.4.1 Clima

O clima subtropical úmido, predominante em Guatambu, proporciona temperaturas agradáveis, que variam de 13 a 25° C, com chuvas distribuídas durante todo o ano. Ao contrário da maior parte do

território brasileiro, as quatro estações são bem definidas. Os verões são quentes e ensolarados.

Os dados históricos dos últimos 10 anos são apresentados nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1. Danos anuais informados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

ANO VIGÊNCIA	Dados Informados	Data do informe
2013 – 2014	Enxurrada	05/04/2013
2014 – 2015	Estiagem	11/02/2014
	Enxurrada	07/08/2014
2015 – 2016	Enxurrada	21/07/2015
	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	03/11/2015
2016 – 2017	Não foram registrados dados	-
2017 - 2018	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas	09/06/2017
		23/06/2017
2018 - 2019	Enxurradas	19/01/2018
		02/02/2018
	Tempestade Local/Convectiva - Granizo	22/05/2018
2019 - 2020	Enxurradas	30/04/2019
		20/05/2019
	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	16/10/2019
2020 - 2021	Doenças infecciosas virais	20/03/2020
	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	04/07/2020
	Estiagem	11/11/2020
2021 - 2022	Doenças infecciosas virais	07/05/2021
	Estiagem	24/05/2021
	Enxurradas	21/10/2021
2022 - 2023	Estiagem	19/01/2022

		27/01/2022
	Tempestade Local/Convectiva – Granizo	15/18/2023
	Tempestade Local/Convectiva – Alagamentos	19/12/2023
022024	Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas	12/02/2024
	Doenças infecciosas virais	06/05/2024

Fonte: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

Quadro 2. Reconhecimentos realizados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

ANO VIGÊNCIA	Desastre	Número do D.O.U.
2013 – 2016	Não foram registrados dados	-
2015 – 2016	Enxurrada	176 de 12/08/2015
2016 – 2017	Não foram registrados dados	-
2017 - 2018	Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas	136 de 18/07/2017
2018 - 2020	Não foram registrados dados	-
2020 - 2021	Doenças infecciosas virais	Decreto 562 - 24/04/2020
	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	139 de 22/07/2020
	Estiagem	243 de 21/12/2020
2021 - 2022	Doenças infecciosas virais	135 de 20/07/2021
2022 - 2023	Estiagem	80 de 24/04/2022
	Tempestade Local/Convectiva – Granizo	233 de 14/08/2023
	Tempestade Local/Convectiva – Alagamentos	377 de 20/12/2023
2024	Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas	53 de 12/02/2024

Doenças infecciosas virais

184 de 30/04/2024

Fonte: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

4.4.2 Pluviometria

Conforme o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) os dados de precipitação para a região onde Guatambu está contemplada estão na tabela a seguir. Tratam-se das médias anuais em mm dos últimos 10 anos, bem como a identificação dos meses/ estações com as maiores precipitações.

Quadro 3. Dados da pluviometria do município de Guatambu

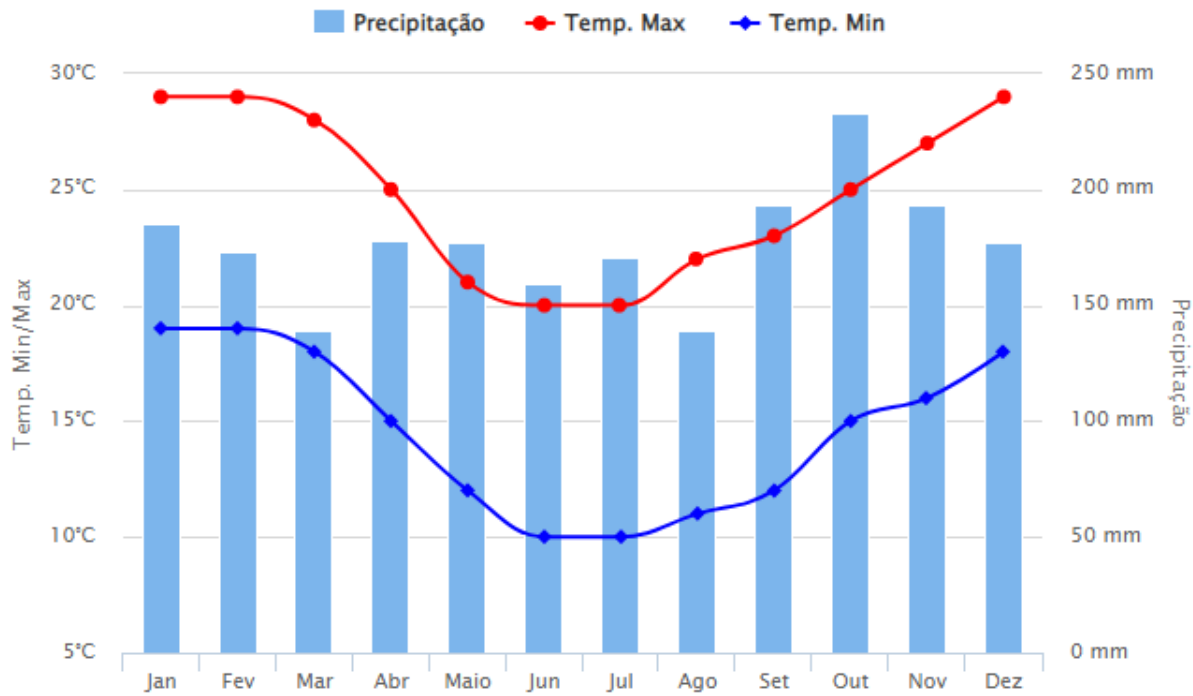
Ano	Meses/estações com maiores precipitações	Precipitação média anual (mm/h)	Intensidade
2012	Outubro/Dezembro – Primavera	0,18526867	Fraca
2013	Abril/Dezembro – Outono/Primavera	0,684977169	Fraca
2014	Setembro/Dezembro– Inverno/Primavera	1,723721	Fraca
2015	Setembro/Outubro – Inverno/Primavera	0,328767	Fraca
2016	Janeiro/Fevereiro – Verão	0,501207	Fraca
2017	Maió/Outubro – Outono/Primavera	0,268699	Fraca
2018	Outubro/Novembro – Primavera	2,952671	Moderada
2019	Maió/Outubro – Outono/Primavera	0,186675	Fraca
2020	Junho/Dezembro – Inverno/Primavera	0,182361	Fraca
2021	Janeiro/Outubro – Verão/Primavera	0,144179	Fraca

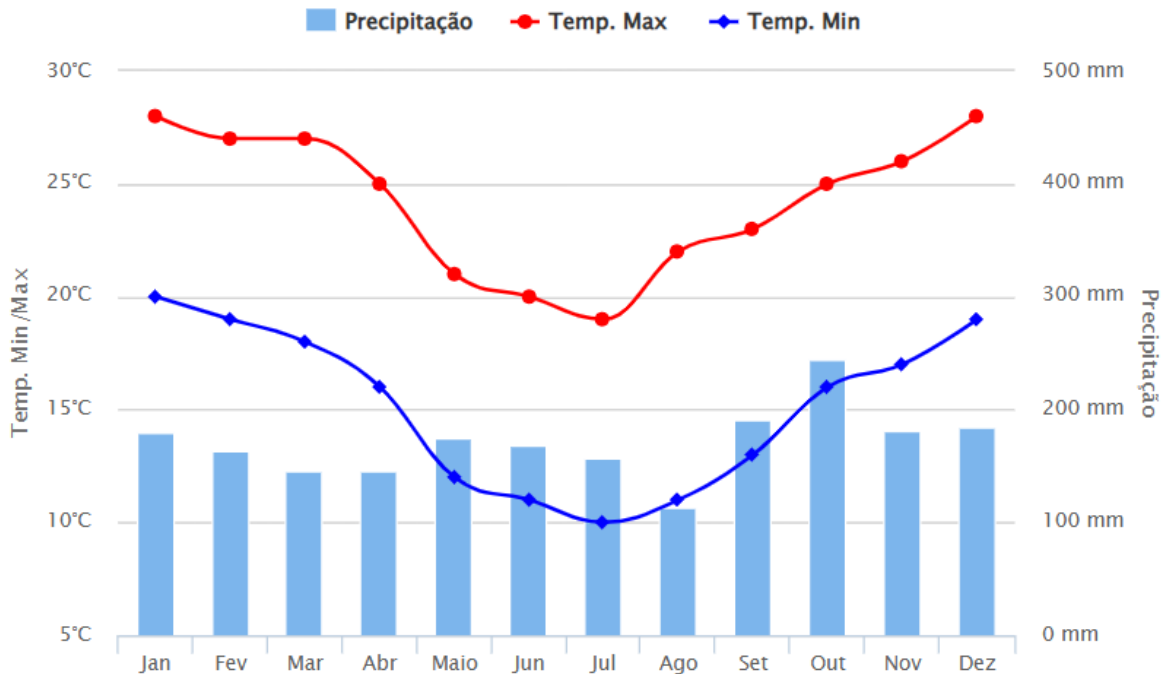
2022	Abril/Maio - Outono	0,247788	Fraca
2023	Agosto/Setembro - Primavera	0,221707	Fraca
2024	Abril/Maio - Outono	0,237269	Fraca

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia – INMET.

A Figura 1 apresenta o comportamento da chuva e da temperatura ao longo dos anos. As médias climatológicas são valores calculados a partir de uma série de dados de 30 anos observados. É possível identificar as épocas mais chuvosas/secas e quentes/frias de Guatambu.

Figura 1. Série histórica de precipitação e temperatura de Guatambu em 2022 e 2024





Fonte: Climatempo (2024).

4.4.3 Pedologia

O Serviço Geológico do Brasil SGB/CPRM integra o Programa Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres do Governo Federal (PPA 2012- 2015), tendo como atribuição mapear áreas de risco geológico, classificadas como muito alto e alto, relacionadas, principalmente, com movimentos de massa e inundações. As informações levantadas pela CPRM são disponibilizadas para o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN (MCTI) para subsidiar a emissão de avisos e alertas meteorológicos, e para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD (MI), para a emissão de alertas para as Defesas Cíveis estaduais e municipais visando ações de prevenção e resposta frente aos desastres naturais.

O município de Guatambu foi setorizado pela equipe técnica da SUREG-MA, no ano de 2018, onde foram identificados 11 setores de risco alto para processos de deslizamento de solo e blocos, rolamento de blocos, inundação e enxurrada. Todas as áreas e residências em risco podem ser consultadas por toda população em: <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/19598>.

O município de Guatambú localiza-se na Bacia Hidrográfica do Uruguai, onde parte da ocupação urbana estendeu-se sobre as planícies aluvionares do rio Tigre que corta a cidade, sujeitos a inundações

e enxurradas condicionadas pelo período das cheias na bacia e chuva na região.

A inundação nestas áreas ocorre de forma rápida, impossibilitando muitas vezes a remoção das pessoas e de seus pertences. Na zona rural, nas linhas Gramados dos Rosas e Linha Killian ocorrem ocupações e cortes verticais nos morros e taludes íngremes formadas por solos gerados a partir dos balsaltos da Formação Serra Geral, sujeitas a movimentos de massa do tipo deslizamentos, quedas de blocos e corrida de massa e detritos. Nos vales, ocorrem enxurradas e inundações condicionados por períodos de chuva.

Conforme conclusão do Ministério de Minas e Energia da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) os dados do Departamento de Gestão Territorial (DEGET) informam que Guatambu possui 11 setores de risco, 34 imóveis em risco e 120 pessoas em risco.

4.5 Hidrografia

Guatambu está inserida na Bacia do Rio Uruguai, banhada pelo Rio Uruguai e Rio Tigre, que possui uma barragem que abastece a Usina Hidrelétrica de Guatambu, construída há mais de 40 anos com água conduzida por aqueduto de madeira.

O sistema Paraná-Uruguai, principal rede hidrográfica da parte meridional do continente sul-americano, forma um conjunto interligado à bacia do Prata, que se expande fora das fronteiras nacionais em território argentino e uruguaio. O sistema hidrográfico Atlântico Sul consiste em um conjunto de várias bacias autônomas que vertem diretamente para o litoral, fazendo parte das “Bacias do Sudeste”, segundo denominação do IBGE (1977). A rede hidrográfica catarinense tem na Serra Geral o principal divisor de águas que forma os dois sistemas independentes de drenagem do território estadual: o sistema integrado da Vertente do Interior, compreendendo 07 bacias que integram a bacia Paraná-Uruguai, e o sistema da Vertente Atlântica, formado por um conjunto de 11 bacias isoladas que fluem para leste, desaguando diretamente no Atlântico. Assim, a rede hidrográfica catarinense possui um total de 18 bacias hidrográficas consideradas de rios principais.

4.6 Saúde

Os princípios do SUS são a integralidade, a igualdade e a universalidade. Hoje, atende a atenção

primária, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

Em Guatambu, o SUS oferece vários serviços por meio da Secretaria Municipal de Saúde. Nas Unidades Básica de Saúde – UBS e Estratégias de Saúde da Família – ESF os principais serviços oferecidos são consultas médicas e consultas com enfermeiros, curativos, vacinas, tratamento odontológico, prevenção ao câncer de colo de útero e mama, encaminhamentos para especialidades, fornecimento de medicação básica para o tratamento de hipertensão e diabetes, coleta de exames laboratoriais entre outros.

4.7 Assistência Social

No Brasil, ao se falar em Assistência Social rapidamente fazemos conexão com a Constituição Federal de 1988, marco fundamental que reconhece a assistência social enquanto política pública e assim juntamente com a Saúde e Previdência Social, compõem o sistema de seguridade social brasileiro. Portanto, pensar em assistência social é algo muito recente.

Na Constituição Federal de 1988, integrando o tripé da Seguridade Social Brasileira a Política de Assistência Social no artigo 203 e 204 tem preconizado como seus objetivos:

Art. 203 A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 2013, p.34).

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Guatambu/SC está localizada na Rua Ângelo Cora 822, Centro. Telefone: (49) 3336-0102 e e-mail: social@guatambu.sc.gov.br. A política de assistência social organiza-se por proteções e pelo porte do município, Guatambu pela população é considerado Pequeno Porte I.

4.7.1 Secretaria Municipal De Assistência Social/Órgão Gestor

O órgão gestor é responsável pelo comando único, são delegadas funções de articulação, planejamento, coordenação, negociação, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais desenvolvidos, em sintonia com as instâncias federativas que integram o sistema de operação e controle social.

Responsável: Andreia dos Santos valendorff - Gestora municipal da política de assistência social. Endereço: Rua Angelo Corá 828 - Centro - Guatambu/SC Telefone: (49) 3336-0102 - WhatsApp: (49) 99924-4469, E-mail: social@guatambu.sc.gov.br

Os serviços de proteção social básica têm como objetivo apoiar as famílias e os indivíduos na ampliação de sua proteção social, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos.

Coordenador do CRAS: Geana Prevedello Otto - Endereço: Rua João Francisco Schneider nº 622 - Centro/Guatambu/SC. Telefone: (49) 3336-0397 WhatsApp : (49) 3336-0397 - e-mail: cras@guatambu.sc.gov.br.

O principal programa do CRAS é o PAIF. O Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) é

oferecido em todos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. endereço: Telefone: (49) 3336-0111 – e-mail: scfv@guatambu.sc.gov.br.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE: serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE: serviços de acolhimento e institucionalização de usuários da Política de Assistência Social;

RESPONSÁVEL: Elizabete da Aparecida Siqueira - **Assistente Social** - **Endereço:** junto ao órgão gestor na Secretaria Municipal de Assistência Social. Fone: (49) 3336-0102 WhatsApp: (49) 99924-4469.

CEPAF/FAZENDA ZANDAVALLI: Centro Público de Atendimento às Famílias: Atende e referencia usuários da Política de Assistência Social.

Endereço: Av. Emilio Zandavalli, s/n - Distrito de Fazenda Zandavalli.

Telefone: (49) 3735-0065. Responsável: órgão gestor.

4.8 Segurança

Há uma delegacia de Polícia Civil no município de Guatambu, onde dispõe de um agente de polícia responsável pela delegacia e é também onde fica a guarnição de Polícia Militar.

Polícia Militar: Subtenente Cezar Augusto - Comandante do Grupamento - (47) 9 8834-8977;

Polícia Civil: Agente Irineu - Responsável pela delegacia - (49) 9 9995-0513.

4.9 Obras

A secretaria de obras está alocada na Rua João Bortolo Favaro, onde também encontram-se todos os veículos e maquinários da Prefeitura de Guatambu, os contatos responsáveis pela secretaria de obras são:

- Sedenir Bortolini - Secretário De Obras - (49) 9 9909-1143
- Sidinei Werle - Diretor De Obras - (49) 9 9807-4200

5. HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS E ANTROPOGÊNICOS

O levantamento do histórico dos eventos ocorridos nos últimos dez anos, como acidentes de origem antropogênica, envolvendo produtos químicos, ou natural, como estiagem e inundações, as áreas e populações expostas, os impactos humanos, os danos materiais e principais setores afetados, incluindo o setor saúde, que pode ter seus serviços comprometidos são apresentados no Quadro 04.

Quadro 4. Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

Mês /Ano	Classificação do Desastre	Breve relato
abr/2013 ago/2017 jan e fev/2018 abr e mai/2019 out/2021	1.2.2.0.0 Enxurradas	Acontecimento de chuvas intensas e concentradas que causam cheia nos rios e aquedutos de Guatambu, ocasionando enxurradas na cidade.
fev/2014 nov/2020 mai/2021 jan/2022	1.4.1.1.0 Estiagem	Forte seca causou danos às plantações e falta de água potável que é abastecida do Lajeado São José.

nov/2015 mai/2018 ago/2023	1.3.2.1.3 Tempestade Local/Convectiva - Granizo	Precipitação com pedras de gelo causou danos nas lavouras, prédios públicos e em residências.
dez/2023	1.2.3.0.0 Tempestade Local/Convectiva - Alagamentos	Fortes chuvas extrapolaram o limite dos sistemas de drenagem da cidade, atingindo casas e repartições públicas.
jul/2020	2.2.2.1.0 Desastres relacionados à contaminação da água.	Incêndio na fábrica de óleo, tanques de contenção e fossas foram abertos e houve grande derramamento de óleo no solo.
jun/2017 fev/2024	1.3.2.1.4 Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas	Chuvas intensas alagaram áreas de baixada e sem drenagem, destruíram plantações.
out/2019 jul/2020	1.3.2.1.5 Tempestade Local/Convectiva - Vendaal	Fortes ventos destelharam casas mais frágeis.
mar/2020 mai/2021 mai/2024	1.5.1.1.0 Doenças infecciosas virais	Pandemia de Covid-19, causou colapso no sistema de saúde do município de Guatambu, pacientes encaminhados para Caxambu, Chapecó e demais hospitais da região. Falta de medicamentos, máscaras, luvas e oxigênio. Disparo no número de casos de dengue.
jul/2022	2.4.1.0.0 Colapso de edificações	Desabamento do teto de um pavilhão na Linha Porto Chalana, resultou no óbito de uma criança.

Fonte: Defesa Civil Municipal

6. CENÁRIOS DE RISCO EM GUATAMBU REFERENTES A PROCESSOS GEOLÓGICOS, HIDROLÓGICOS, METEOROLÓGICOS E CLIMATOLÓGICOS.

6.1 Riscos Geológicos

De acordo com a classificação proposta pelo Ministério das Cidades e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2004 e 2007), o grau de risco é determinado conforme a existência de alguns indícios, podendo variar de risco baixo (R1) até risco muito alto (R4). Entretanto, por se tratar de uma ação emergencial, somente setores com risco alto (R3) e muito alto (R4) são mapeados.

Quadro 5. DDD

Grau de Risco	Descrição
R1 Baixo	Não há indícios de desenvolvimento de processos destrutivos em encostas e margens de drenagens. Mantidas as condições existentes, não se espera a ocorrência de eventos destrutivos.
R2 Médio	Observa-se a presença de alguma evidência de instabilidade (encostas e margens de drenagens), porém incipientes. Mantidas as condições existentes, é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.
R3 Alto	Observa-se a presença de significativa evidência de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, etc.). Mantidas as condições existentes, é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.
R4 Muito Alto	As evidências de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de escorregamento, feições erosivas, proximidade da moradia em relação ao córrego, etc.) são expressivas e estão presentes em grande número e/ou magnitude. Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas.

Fonte: Ministério das Cidades (2004).

O município de Guatambu foi setorizado pela equipe técnica da SUREG-MA, no ano de 2018, onde foram identificados 11 setores de risco alto para processos de deslizamento de solo e blocos, rolamento de blocos, inundação e enxurrada.

A setorização de riscos geológicos tem por finalidade a identificação, delimitação e caracterização de áreas habitadas que estejam submetidas ao risco alto ou muito alto de serem atingidas por processos de movimentos de massa ou inundações. Todo o acervo de dados são disponibilizados para órgãos e

instituições do governo federal, estados e municípios que atuam na prevenção e monitoramento de eventos climáticos catastróficos visando contribuir para a redução dos danos e diminuição das perdas de vidas e materiais relacionadas aos desastres naturais.

Os onze setores de alto e muito alto risco da área urbana do município de Guatambu (SC) estão na Figura 2. Neste também estão adicionados bairros ou distritos e trechos de ruas ou avenidas pertencentes a cada setor e os movimentos de massa, feições erosivas ou eventos de inundações e enchentes identificados e/ou que podem ainda ocorrer em cada setor. As pranchas de cada um dos setores se encontram nas Figuras 3 e 4.

Figura 2. Síntese dos setores de risco alto e muito alto

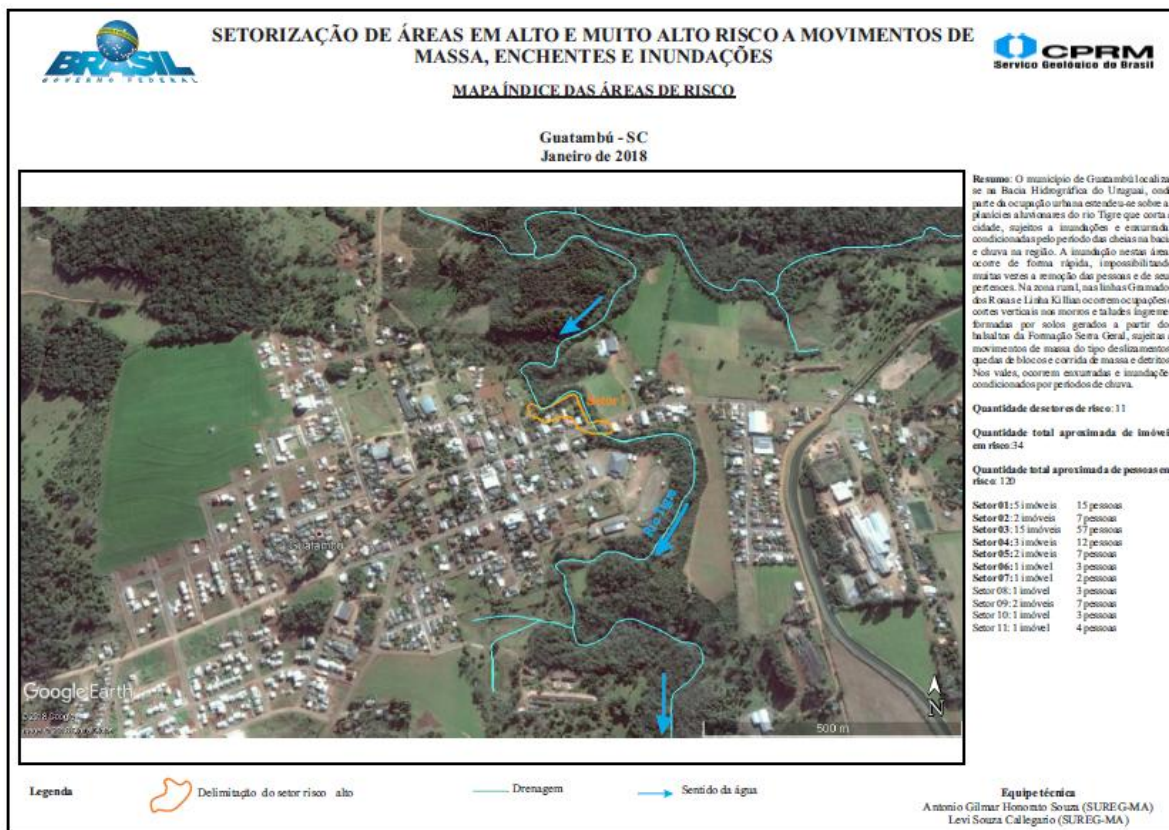
BAIRRO ou DISTRITO	RUA ou AVENIDA	CÓDIGO DO SETOR	TIPOLOGIA
Centro	Rua Francisco Schneider	SC_GUATAMB_SR_1_CPRM	Inundação; enxurrada
-	Linha Killian	SC_GUATAMB_SR_2_CPRM	Deslizamento de solo e blocos; rolamento de blocos
-	Linha Gramado dos Rosas	SC_GUATAMB_SR_3_CPRM	Deslizamento de solo e blocos; rolamento de blocos
-	Linha Gramado dos Rosas	SC_GUATAMB_SR_4_CPRM	Enxurrada; deslizamento de solo
-	Linha Gramado dos Rosas	SC_GUATAMB_SR_5_CPRM	Deslizamento de solo e blocos; rolamento de blocos
-	Linha Gramado dos Rosas	SC_GUATAMB_SR_6_CPRM	Corrida de lama e detritos; deslizamento de solo e blocos; rolamento de blocos
-	Linha Gramado dos Rosas	SC_GUATAMB_SR_7_CPRM	Inundação; enxurrada
-	Linha Gramado dos Rosas	SC_GUATAMB_SR_8_CPRM	Deslizamento de solo e blocos; rolamento de blocos
-	Linha Gramado dos Rosas	SC_GUATAMB_SR_9_CPRM	Enxurrada
-	Linha Gramado dos Rosas	SC_GUATAMB_SR_10_CPRM	Enxurrada
-	Linha Gramado dos Rosas	SC_GUATAMB_SR_11_CPRM	Enxurrada

Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

O município de Guatambú localiza-se na Bacia Hidrográfica do Uruguai, onde parte da ocupação urbana estendeu-se sobre as planícies aluvionares do rio Tigre que corta a cidade, sujeitos a inundações e enxurradas condicionadas pelo período das cheias na bacia e chuva na região. A inundação nestas áreas ocorre de forma rápida, impossibilitando muitas vezes a remoção das pessoas e de seus pertences. Na

zona rural, nas linhas Gramados dos Rosas e Linha Killian ocorrem ocupações e cortes verticais nos morros e taludes íngremes formadas por solos gerados a partir dos balsaltos da Formação Serra Geral, sujeitas a movimentos de massa do tipo deslizamentos, quedas de blocos e corrida de massa e detritos. Nos vales, ocorrem enxurradas e inundações condicionados por períodos de chuva. Há 11 setores em risco e a quantidade total aproximada de imóveis é de 34 residências, que contemplam em pessoas, aproximadamente 120 munícipes, conforme Figuras 3 e 4.

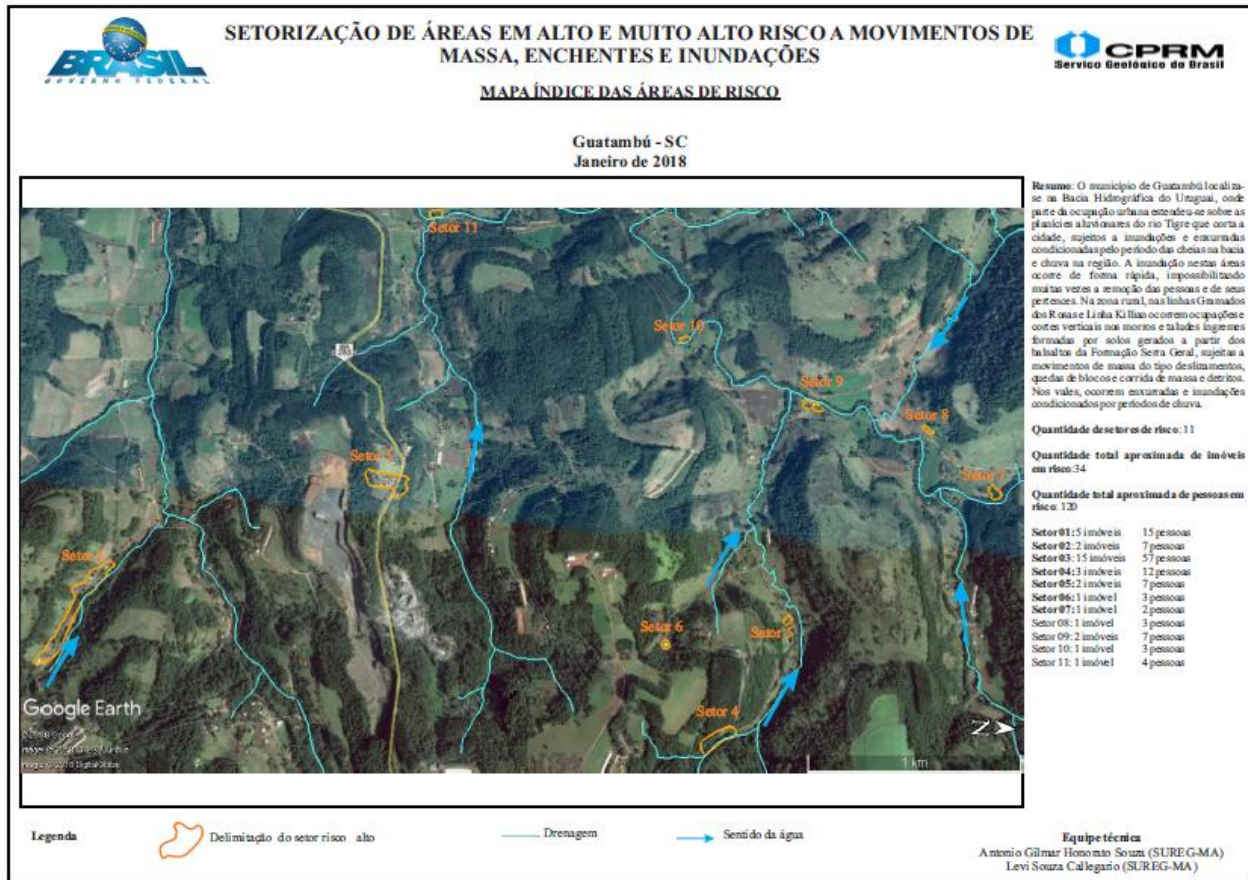
Figura 3. Setorização das áreas em alto e muito alto risco



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Os locais de risco devido à possibilidade de inundação em possível rompimento da barragem são delimitados também pela empresa responsável pela barragem, CENTRAIS ELETRICAS RIO TIGRE S.A, que dispõe de sirene em 2 pontos do município para aviso de evacuação, uma na captação de água e uma na Capela São Miguel Arcanjo, que é também um ponto de encontro da evacuação. Cada um dos 11 setores de risco será apresentado, a seguir, na ordem em que estão dispostos na Figura X de SC_GUATAMB_SR_1_CPRM até SC_GUATAMB_SR_11_CPRM respectivamente.

Figura 4. Setorização das áreas em alto e muito alto risco



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

6.1.1 SC_GUATAMB_SR_1_CPRM

Casas localizadas muito próximas a um rio que corta o centro da cidade (Figura 17). Em épocas de chuva forte, a vazão do rio aumenta rapidamente (Figura 18), colocando tais casas em risco de inundação. Além disso, o rio corre com alta energia, levando um risco extra para os moradores: a enxurrada. Após o rio cruzar a ponte, não há mais casas localizadas em zona de risco próximas a ele.

A zona de risco está localizada no fim da Rua João Francisco Schneider e contempla 5 casas (com aproximadamente 15 moradores). O grau de risco é alto.

Figura 5. Setor de risco 01



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

6.1.2 SC_GUATAMB_SR_2_CPRM

Duas casas (sete moradores) (Figura 5) localizadas no sopé de uma encosta íngreme com risco de deslizamento. No alto dessa encosta observa-se uma cicatriz (abatimento) no solo, bem acima dessas casas (Figura 6). O solo, como em grande parte da cidade, possui blocos em uma matriz argilosa, levando às casas o risco adicional do rolamento destes. Com a erosão da matriz argilosa, esse bloco fica exposto e sujeito à gravidade. O grau de risco é alto.

Figura 6. Setor de risco 02



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

6.1.3 SC_GUATAMB_SR_3_CPRM

Quinze moradias (57 moradores) localizadas em um encosta íngreme (Figura 7), construídas sobre corte e aterro (Figura 8). No topo da encosta tem uma mineração (pedreira) e, segundo moradores, há registro de blocos provenientes de explosões que atingiram casas. A encosta encontra-se parcialmente desmatada, com presença de muitos eucaliptos (que possui alto risco de queda) e bananeiras (que concentram água em suas raízes). O solo da região é argiloso vermelho-vinho, com muitos blocos inseridos na matriz. A água encontra caminho pela rua principal e desce o morro. No sopé, ainda há minas de água (surgência de água no ponto de ônibus).

Figura 7. Setor de risco 03



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

6.1.4 SC_GUATAMB_SR_4_CPRM

Três casas (doze pessoas) localizadas muito próximas a um córrego que desce com alta energia (Figura 9). Em estações de chuva, esses córregos aumentam de vazão muito rapidamente. Além disso, as casas estão assentadas sobre corte e aterro, com cortes de até 20 metros de comprimento e 7 metros de altura, em solo composto por matriz argilosa com blocos (Figura 10). No topo desses cortes, estão plantadas muitas bananeiras. No caminho do rio, a montante, existe um açude (criação de peixes) que, no caso de rompimento do mesmo, pode causar danos às propriedades nessa zona de risco. O grau de

risco é alto.

Figura 8. Setor de risco 04



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

6.1.5 SC_GUATAMB_SR_5_CPRM

Duas casas (sete moradores) localizadas no sopé de uma encosta íngreme (Figura 11), de solo argiloso com blocos na matriz. Alguns blocos soltos são vistos na grama (Figura 12). Uma caixa d'água encontra-se no topo do corte feito na encosta, com perigo de vazamento e saturação do solo. O grau de risco é alto.

Figura 9. Setor de risco 05



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

6.1.6 SC_GUATAMB_SR_6_CPRM

Uma casa (três moradores) localizada em uma encosta íngreme côncava, com potencial de concentração de águas pluviais (Figura 13). Toda a drenagem da encosta se concentra na região onde se localiza a casa, formando um sulco erosivo de grande expressividade. Uma corrida de detritos (água, lama, blocos e árvores) ocorreu em 24/01/2018, não atingindo a casa, mas levando lama ao porão da mesma (Figura 14). Outro agravante é a presença de eucaliptos na encosta, aumentando o peso em cima desse solo, e aumentando também o risco de queda dessas árvores. O grau de risco é alto.

Figura 10. Setor de risco 06



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

6.1.7 SC_GUATAMB_SR_7_CPRM

Uma casa (dois moradores) localizada próxima a um córrego de alta energia (Figura 19). Em tempos de chuvas intensas, esse córrego aumenta rapidamente de vazão, colocando a referida casa em risco de enxurrada e inundação. Uma enxurrada ocorrida no dia 24/01/2018 passou próxima a casa e inundou um barracão anexo, causando prejuízo material (Figura 20). Esse evento contou com duas horas de chuvas intensas, seguidas por chuva fina. Além disso, um campo cultivável sofreu com a inundação. Segundo relato do morador, foi preciso deslocar um animal que se localizava na região. Risco é alto.

Figura 11. Setor de risco 07



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

6.1.8 SC_GUATAMB_SR_8_CPRM

Casa localizada (três moradores) em corte vertical alto de encosta íngreme (Figuras 15 e 16). A casa está assentada sobre corte e aterro. O solo é composto por saprólito de rocha, com blocos na matriz, acarretando um risco alto de rolamento de blocos. O grau de risco é alto.

Figura 12. Setor de risco 08



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

6.1.9 SC_GUATAMB_SR_9_CPRM

Duas casas (sete pessoas), um paiol e um galpão, localizados muito próximos à um córrego de alta energia (Figura 21). Em períodos de chuvas intensas, a vazão e energia desse córrego tornam-se perigosas, aumentando rapidamente. Uma enxurrada anterior destruiu parte da sustentação de uma ponte próxima (Figura 22), que liga essa região a outras regiões mais ao norte. O grau de risco é alto.

Figura 13. Setor de risco 09



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

6.1.10 SC_GUATAMB_SR_10_CPRM

Uma casa (três moradores) e dois galpões localizados muito próximos a um córrego de alta energia (Figura 23). Vazão e velocidade das águas aumentam rapidamente em períodos de chuvas intensas, levando risco a esses moradores. Enxurradas anteriores cobriram o chão de um dos galpões de lama (Figura 24). Segundo relatos dos moradores, em um evento ocorrido em data passada, um carro precisou ser amarrado para não ser levado pela correnteza. A sustentação da ponte aqui, assim como em outra área do município, também se encontra danificada. O grau de risco é alto.

Figura 14. Setor de risco 10



Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

6.1.11 SC_GUATAMB_SR_11_CPRM

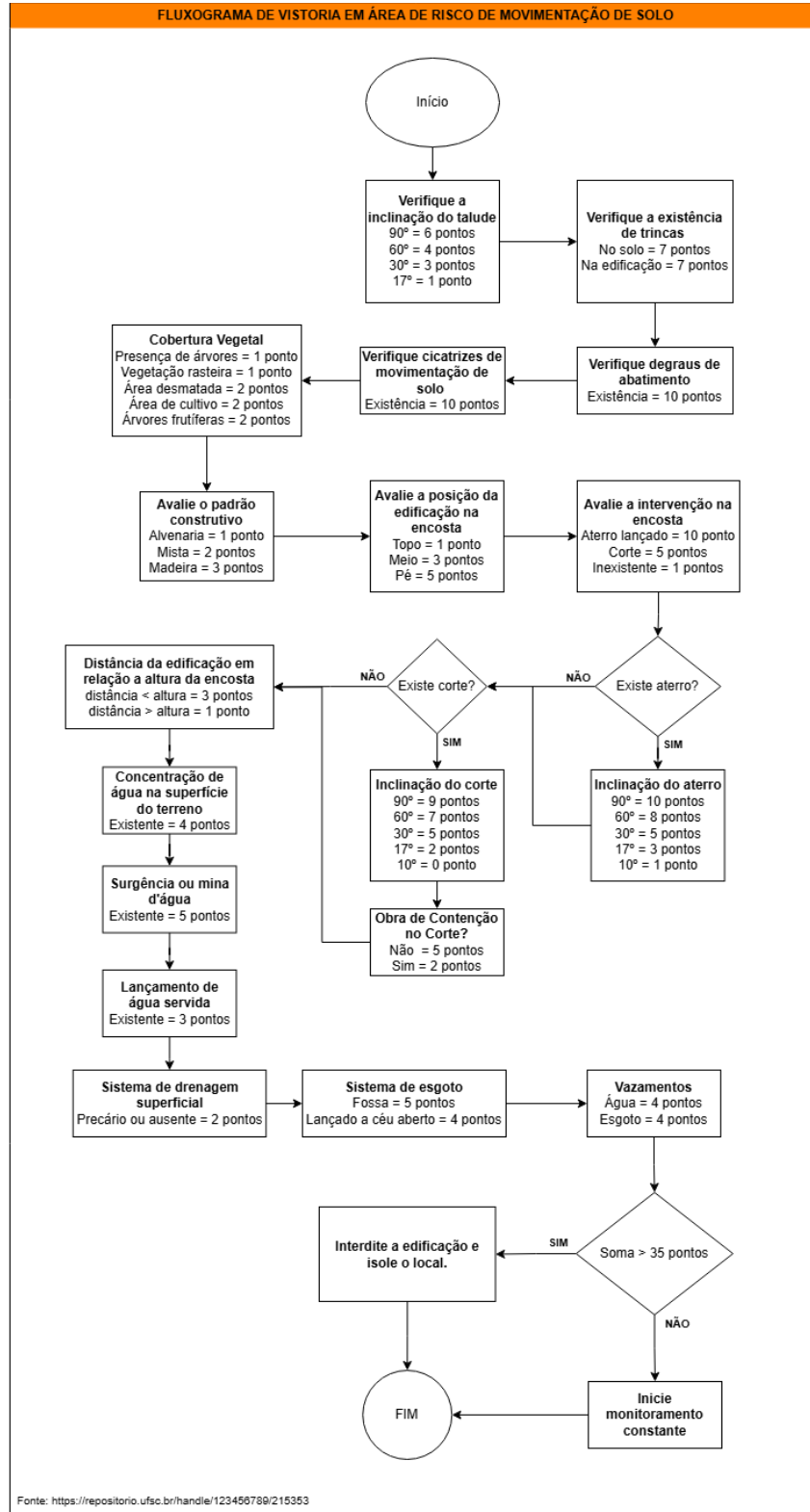
Uma casa (quatro moradores) e um galpão localizados muito próximos a um córrego de alta energia (Figura 25), que aumenta de vazão e velocidade perigosamente ante a chuvas intensas. Árvores foram arrancadas aqui em uma enxurrada ocorrida em data passada. A mesma enxurrada levou parte do aterro da ponte (Figura 26). Há bananeiras plantadas em encosta suave local. Algumas casas estão localizadas longe do rio, em uma encosta suave que não apresenta problemas de deslizamento. O grau de risco é alto.

Figura 15. Setor de risco 11



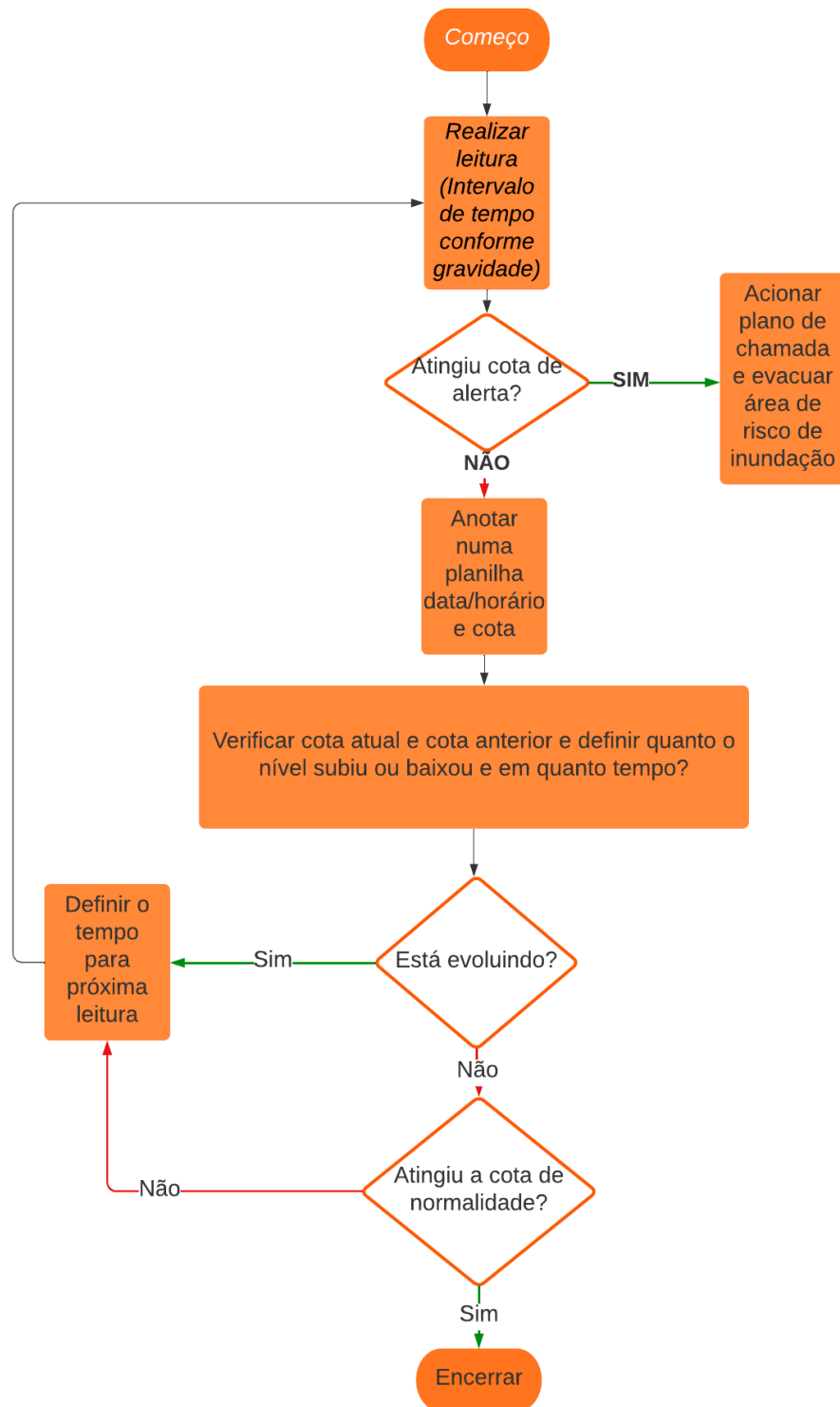
Fonte: Serviço Geológico do Brasil, 2018.

Figura 16. Fluxograma de monitoramento para movimentação de solo



Fonte: Defesa Civil de Santa Catarina, 2024.

Figura 17. Fluxograma de monitoramento para inundações



Fonte: Defesa Civil de Santa Catarina, 2024.

6.2 Riscos Meteorológicos

Todo o território do município está exposto a fenômenos meteorológicos de frente frias, zonas de convergência, tornados, tempestades de raios, granizo, chuvas intensas, vendavais, ondas de calor, friagens e geadas. Para os riscos meteorológicos implementar procedimentos do [fluxograma geral](#).

6.3 Riscos Climatológicos

Todo o território do município pode ser afetado e sofrer danos e prejuízos causados por estiagem ou secas, conforme definições a seguir:

Riscos Climatológicos - Estiagem ou Secas: Estiagem é um fenômeno climático caracterizado por um período prolongado de escassez de chuvas e redução da disponibilidade de água, seja em rios, lagos, reservatórios ou lençóis freáticos. É comumente associada à condição de seca, quando a quantidade de chuvas é significativamente inferior à média histórica. Tem impactos significativos no meio ambiente, na agricultura, na economia e na vida das pessoas.

Alguns dos principais aspectos que caracterizam a estiagem são:

Escassez de chuvas: Durante um período de estiagem, há uma diminuição significativa da quantidade e frequência das chuvas. Isso pode levar à diminuição da umidade do solo, afetando negativamente as plantações, a disponibilidade de alimentos e a qualidade dos pastos para o gado.

Deficiência hídrica: A estiagem resulta em uma redução acentuada do volume de água disponível em fontes naturais, como rios e lagos. Isso pode levar à diminuição do abastecimento de água para consumo humano, agrícola e industrial.

Impactos ambientais: A estiagem pode causar impactos severos nos ecossistemas naturais. A redução da disponibilidade de água afeta diretamente a flora e a fauna, levando à diminuição da biodiversidade e à perda de habitat para diversas espécies. Além disso, incêndios florestais são mais comuns durante períodos de estiagem, devido à vegetação seca e à falta de umidade.

Consequências econômicas: A estiagem pode ter impactos econômicos significativos. A agricultura é particularmente afetada, já que a escassez de água reduz a produtividade das lavouras e cria dificuldades para o gado. Isso pode levar a perdas na produção agrícola, aumento dos preços dos alimentos e impactos negativos na economia local.

Riscos à saúde: A estiagem também pode ter consequências para a saúde humana. A falta de água potável adequada pode levar a problemas de saúde, como doenças transmitidas pela água e desnutrição. Além disso, a poeira e as partículas suspensas no ar durante períodos de seca podem agravar problemas respiratórios.

Vulnerabilidades Estiagens e Secas: No município os locais mais afetados são as comunidades rurais onde destacamos: Linha Porto Chalana, Linha Schneider, Linha Feliz, Linha Flor e demais áreas próximas da divisa com o Rio Uruguai.

Medidas de mitigação: Durante uma estiagem, medidas de mitigação são necessárias para minimizar os impactos. Isso pode incluir a implementação de restrições de uso da água através de decreto, práticas de conservação, como o reúso de água, a construção de reservatórios e sistemas de armazenamento, e a busca por fontes alternativas de abastecimento de água, como poços artesianos ou transportes de água por caminhão pipa. Para os riscos climatológicos implementar procedimentos do [fluxograma geral](#).

6.4 Riscos Climatológicos - Incêndio Florestal

O município está localizado dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, ecorregião da mata atlântica. Apresenta uma grande diversidade de espécies, com árvores de diferentes portes e variedades de vegetação arbustiva, herbácea e epifítica, sendo as espécies arbóreas mais comuns. Destacam-se a Parapiptadenia rígida, Urera baccifera, Diatenoptyx sorbifolia e Actinostemon concolor. A vegetação florestal existente na Floresta Nacional de Guatambu (FLONA) também abriga uma rica diversidade de fauna, incluindo mamíferos, aves, répteis, anfíbios e insetos.

O relevo do município é caracterizado por uma combinação de diferentes formas, variando desde áreas mais planas até regiões montanhosas. A região faz parte do Planalto Meridional do Brasil, que é uma extensa área de planaltos e chapadas. No geral, o relevo apresenta colinas suaves, com altitudes médias entre 480 e 1000 metros acima do nível do mar. Essas elevações são resultado da ação de processos geológicos, como a erosão e a deposição de sedimentos ao longo de milhões de anos.

Além disso, a região também é atravessada por rios e riachos, que contribuem para a formação de vales e planícies aluviais. Os principais rios que passam pelo município são o Lajeado do Tigre (49,63%), Rio Lambedor (31,84%), Rio Chalana (10,45%).

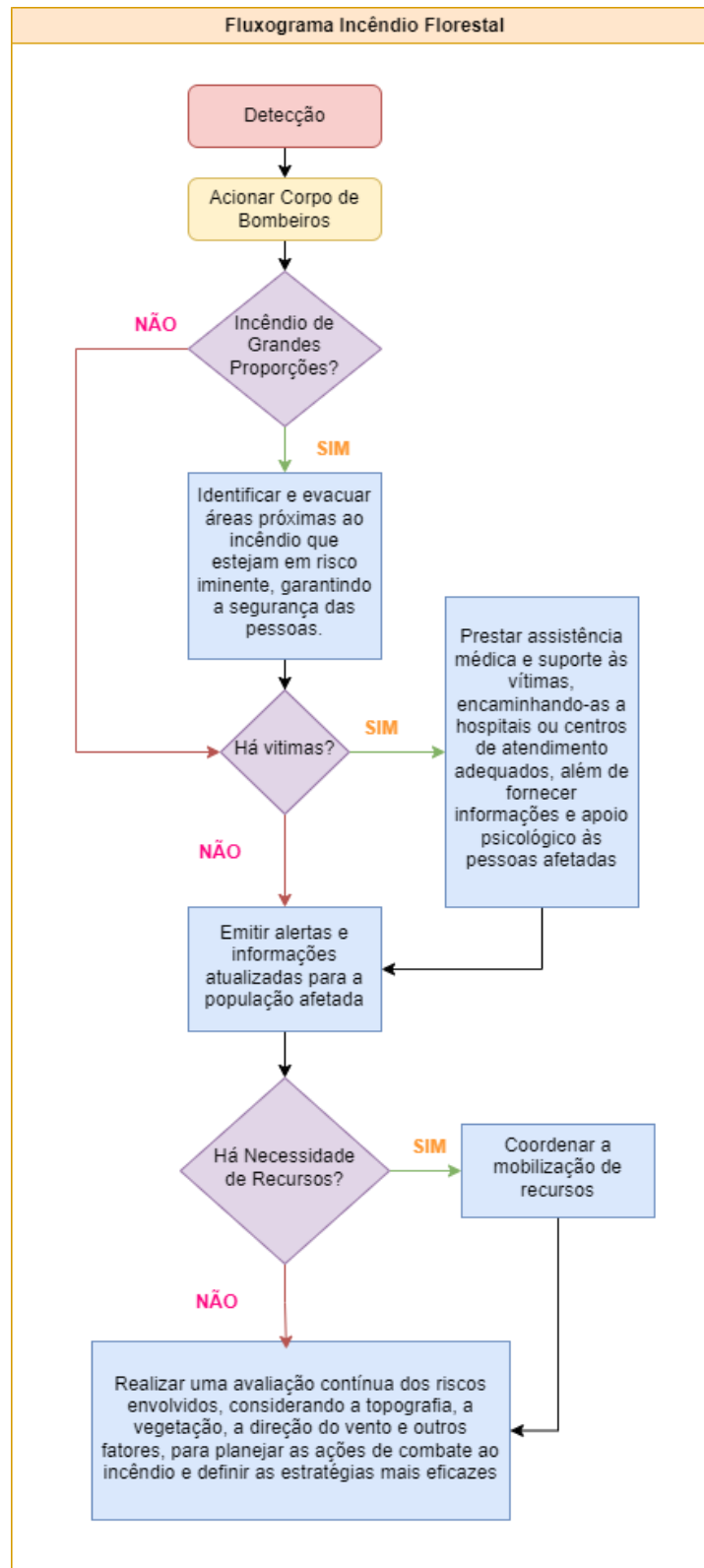
Intensidade de Incêndio Florestal: O incêndio diminui com menor volume de combustíveis leves, materiais combustíveis não uniformes, descontinuidade horizontal, maior umidade dos combustíveis, declives à frente do incêndio, ventos fracos, alta umidade relativa do ar, baixa temperatura do ar.

A área de risco de incêndios possui predominantemente combustíveis leves, regulares até medianos, ou seja, predominam folhas, ervas, galhos e caules de diâmetro até 75 mm. Estas características, aliadas ao aclave à frente tornam a intensidade do incêndio florestal maior. Tal situação é configurada devido às florestas plantadas de pinus e eucaliptos.

Os incêndios florestais causam grandes impactos ambientais e mesmo sociais, pois colocam em perigo todos os que moram ao redor da área incendiada. Estes eventos ocorrem principalmente, quando existe uma baixa umidade no município e ventos fortes, agravado pelo uso inadequado do solo e por ações antrópicas.

Áreas de Risco: O município não possui área de alto ou muito alto risco para incêndios florestais.

Figura 18. Fluxograma Ações de Combate ao Incêndio Florestal



Fonte: Defesa Civil de Santa Catarina, 2024.

6.5 Riscos Biológicos

Segundo a Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), o risco biológico é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos adversos relacionados a agentes biológicos que podem afetar a saúde humana, animal ou vegetal, bem como o meio ambiente. Esse tipo de risco está relacionado a situações em que ocorre a disseminação de doenças infecciosas, epidemias, pandemias, surtos de doenças ou qualquer evento que envolva a propagação de microorganismos patogênicos.

O risco biológico pode envolver a exposição a vírus, bactérias, fungos, parasitas e outros agentes infecciosos. Essa exposição pode ocorrer por meio do contato direto com pessoas, animais, alimentos contaminados, água contaminada, vetores ou por vias de transmissão aéreas, como gotículas respiratórias.

O entendimento e a gestão do risco biológico são fundamentais para a prevenção e resposta a emergências de saúde pública, permitindo a adoção de medidas de vigilância, controle, tratamento, isolamento, vacinação, desinfecção e outros procedimentos para minimizar a propagação de doenças e proteger a população e o meio ambiente.

Desta forma sempre serão seguidas as normas, orientações e planos de contingência do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da Secretaria de Estado da Saúde, da Vigilância Sanitária Estadual, da CIDASC ou outro órgão técnico responsável.

6.6 Riscos Tecnológicos

O risco tecnológico refere-se à possibilidade de ocorrência de eventos adversos relacionados a falhas, acidentes ou incidentes envolvendo tecnologias, processos industriais ou sistemas complexos. Esse tipo de risco está associado a situações em que a tecnologia, seja ela de natureza química, nuclear, elétrica, mecânica ou de qualquer outra área, apresenta potenciais ameaças para a segurança humana, meio ambiente e infraestruturas.

Riscos Tecnológicos - Acidente com Produtos Perigosos: Na Rodovia SC-283 é rotineiro o transporte de produtos perigosos pelos transportadores de líquido combustível para o posto de combustível da Fazenda Zandavalli, também de produtos perigosos para o Frigorífico Aurora Guatambu e para a Floralis Aromas, indústria de saneantes. Já na Rodovia SC-484 é corriqueiro o transporte de

combustível para o posto de combustível do centro, de óleo vegetal e produtos químicos para a Agroguatambu e de produtos químicos para a Aerobat Baterias, Induforte e Papelão União.

Em todo e qualquer acidente envolvendo o transporte rodoviário de produtos perigosos, o órgão que receber essa informação deverá de imediato repassá-la ao Centro de Operações do Corpo de Bombeiros - telefone 193, a quem cabe avaliar a situação e desencadear as primeiras ações de atendimento à emergência.

Além do Corpo de Bombeiros devem ser acionados os seguintes órgãos:

1. Defesa Civil Municipal;
2. Defesa Civil Estadual;
3. Polícia Militar (Área Urbana) ou PM Rodoviária (Rodovias Estaduais);
4. Polícia Militar Ambiental;
5. Instituto do Meio do Ambiente - IMA.

Quadro 6. Sequência de atendimento com produtos perigosos

SEQUÊNCIA DE ATENDIMENTO	
CHEGANDO NO LOCAL	<p><u>Não se precipite:</u> Aproxime-se do local tendo o vento pelas costas, para evitar inalação do produto.</p> <p><u>Mantenha-se distante da zona de perigo:</u> Não entre na zona de perigo antes de uma avaliação dos riscos e de estar devidamente protegido. Não seja uma vítima</p>
ISOLE A ÁREA	<p><u>Evite o agravamento da situação:</u> Sem entrar na zona de perigo, providencie o isolamento (sinalização) do local. Impeça a aproximação de pessoas e desvie o fluxo de trânsito na zona de perigo.</p>
IDENTIFIQUE OS PERIGOS POTENCIAIS	<p><u>Identifique o produto:</u> Observe o número da ONU na placa laranja (em formato de retângulo) do veículo ou com o motorista, se possível.</p>

	<p><u>Observe os perigos do produto:</u></p> <ul style="list-style-type: none">- No manual de produtos perigosos utilizando o número identificado, procure-o nas páginas amarelas para descobrir o Guia de Emergência;- Também é possível descobrir o Guia de Emergência pelo nome do produto nas páginas azuis;- Outra forma de descobrir o Guia de Emergência é consultar pelo Rótulo de Risco (formato de losango) nas páginas brancas, logo no início do manual;- Sabendo o Guia de Emergência consulte as ações a serem tomadas pelo número do guia nas páginas laranjas;- Utilize o guia 111 se não for possível a identificação do guia específico, até obter melhores informações. <p><u>Observe perigos da ocorrência:</u> fogo, vazamento do produto, habitação, tráfego, corpos de água, etc.</p>
<p>COMUNIQUE A OCORRÊNCIA</p>	<p>Identifique os números de telefones de emergência e documentação.</p> <p>Contate as autoridades e partes envolvidas.</p> <p>Observe o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O que ocorreu2. Local exato da ocorrência

	<ol style="list-style-type: none">3. Produtos envolvidos4. Tipo de transporte5. O que está em risco6. Dificuldades de acesso7. Situação do trânsito8. Condição do tempo9. Recursos necessários
--	--

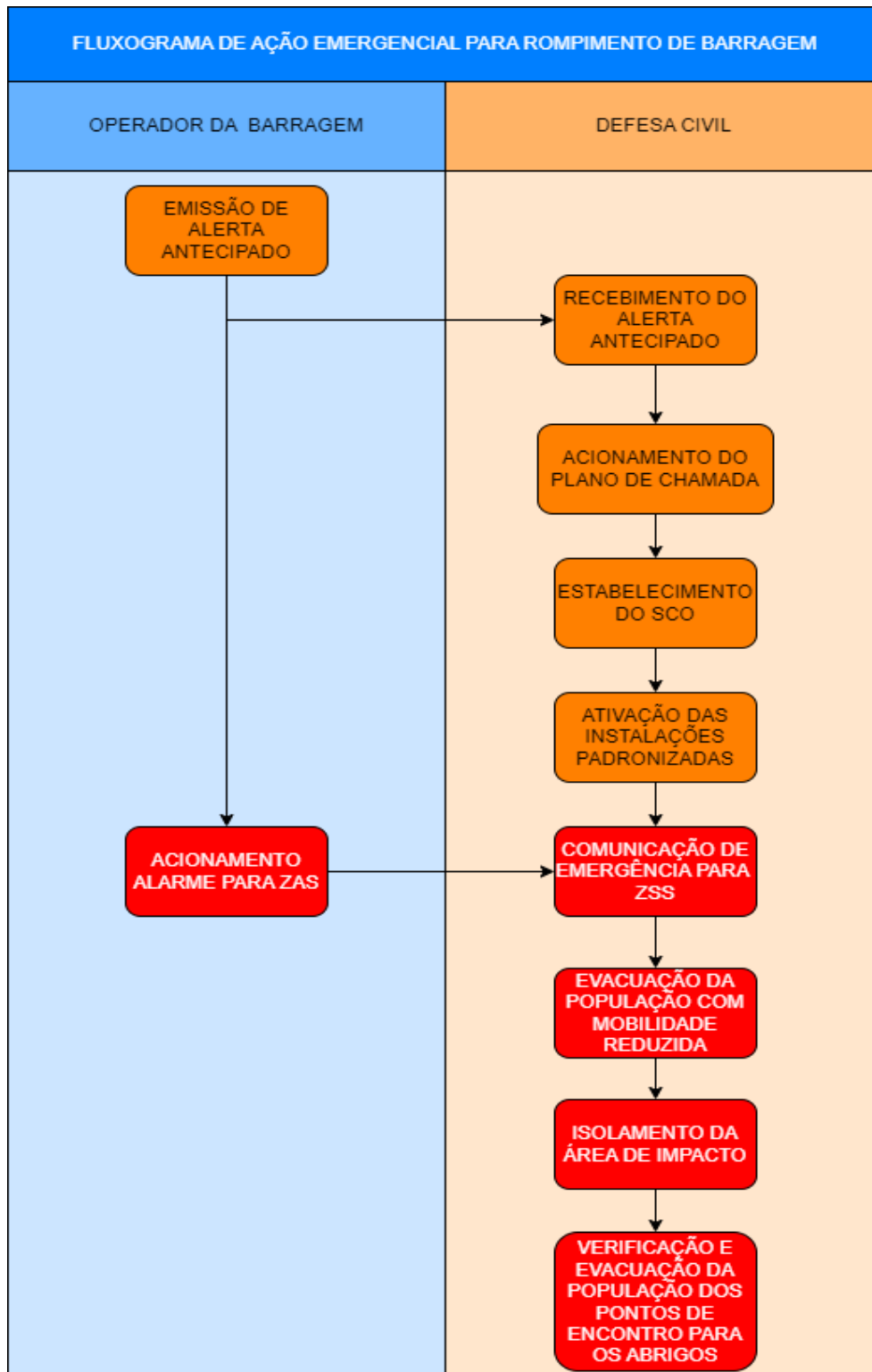
6.7 Riscos Tecnológicos - Incêndios em Plantas Industriais

Para enfrentar situações de emergência em plantas industriais, contamos com planos de atendimento de emergência específicos para cada planta. Esses planos foram desenvolvidos considerando riscos específicos das instalações, processos e riscos tecnológicos.

Lista de Contatos da Indústrias que possuem Plano de Atendimento de Emergência apresentado a Coordenadoria Municipal da Proteção e Defesa Civil:

Indústria	Contato	Telefone	Email
Agroguatambu	Reni Carlos Sanzovo	49 9930-0974	reni66062@gmail.com
Aurora Coop	Gustavo Oscar Hoelscher	49 3779-0900	Gustavo- hoelscher@auroracoop.com.br

Figura 19. Fluxograma Ações de Combate ao Incêndio Florestal




Fonte: Defesa Civil de Santa Catarina, 2024.

6.8 Riscos Tecnológicos - Rompimento/colapso de barragens

Guatambu possui uma barragem na região oeste do Município, na Linha Barragem. A empresa possui Plano de Ações Emergenciais (PAE) da CGH Rio Tigre estabelece os procedimentos de notificação aos responsáveis diretos e aos órgãos públicos em caso de emergência, disponível em: [CGH RIO TIGRE & O MEIO AMBIENTE: PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL - PAE DA CGH RIO TIGRE.](#)

Central Geradora Hidrelétrica – CERTI Rio Tigre

Nome da Barragem:	CGH Rio Tigre	
Fiscalizador:	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	
Data de início da Operação:	1964	
Localização Geográfica:	-27.7°54,27804”S, -52.46°43,96764”O	
Bacia/Rio:	Bacia do Uruguai e Rio Tigre	
Área da Bacia:	32050 km ²	
Reservatório:	2,59x10 ⁶ m ³	
Barragem Principal:	Enrocamento com face de concreto	
Dimensão da barragem:	15 metros de altura e 357 metros de comprimento	
Elevação:	539,85 m	
Capacidade de descarga máxima:	346 m ³ /s	
Vertedouro:	Aba livre	

Contatos:

Cargo/Função	Nome	Celular	Fixo	e-mail
Coordenador do PAE	Jorge Magno	48 8415-8997		
Supervisor Técnico	Cleberon R. Bueno	48 8415-8997		
Gerente de Operações	Walter Camargo	TEL:42-8847-1151		
Operador	José Genevro	49 9919-2944		
ANEEL	Emergência		0800 727 0167	

7. ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA

Caberá a Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil a organização da cena, ativando preliminarmente as áreas com as definições:

- Dos Abrigos;
- Dos Locais de Espera;
- Dos Pontos de Encontro (exceto para rompimento de barragens, que será definido pelo PAE);
- Das Rotas de Fuga (exceto para rompimento de barragens, que será definido pelo PAE);
- Das Áreas de Evacuação (exceto para rompimento de barragens, que será definido pelo PAE);

7.1 Abrigos

Contempla os abrigos os pavilhões da Mitra Diocesana Paróquia Santa Dulce dos Pobres, que possuem pavilhão nas seguintes linhas: Linha Porto Chalana, Linha Mattes, Linha Killiam, Linha Vila Nova, Linha Gramado dos Rosa, Linha Bettu, Linha Annes, Linha Feliz, Linha Flor. Também o pavilhão da Igreja da Linha Nova União, além do Ginásio de Esportes do Loteamento Di Fiori. São abrigos no município de Guatambu:

Figura 20. Centro de Tradições Gaúchas Potro Sem Dono – Av. João Moreira Filho, Guatambu



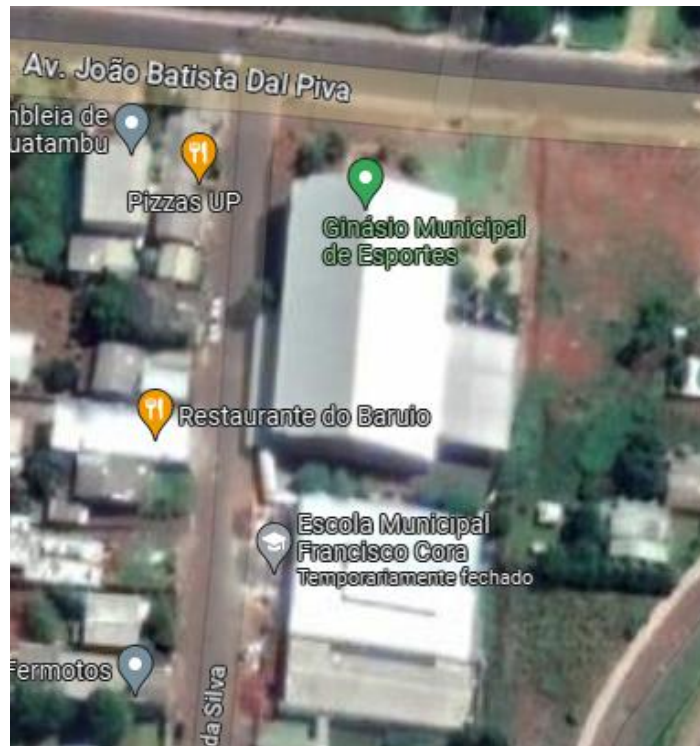
Fonte: Google Maps

Figura 21. Salão Social da Assistência Social – R. Angelo Corá esquina com Rua Orlando Marchiori



Fonte: Google Maps

Figura 22. Ginásio Municipal de Esportes – Av. João Batista Dal Piva esquina com Rua Procópio Machado da Silva



Fonte: Google Maps

Figura 23. Pavilhão da Capela São Miguel Arcanjo – R. Orlando Marchiori esquina com R. Dante Travinick



Fonte: Google Maps

Figura 24. Centro de Convivência dos Idosos – R. C, Centro



Fonte: Google Maps

Figura 25. Ginásio Estadual Fazenda Zandavalli – Rua José Primo Salvagni, Fazenda Zandavalli



Fonte: Google Maps

Figura 26. Salão Comunitário da Fazenda Zandavalli – Rua Angelo Tafarel, Fazenda Zandavalli



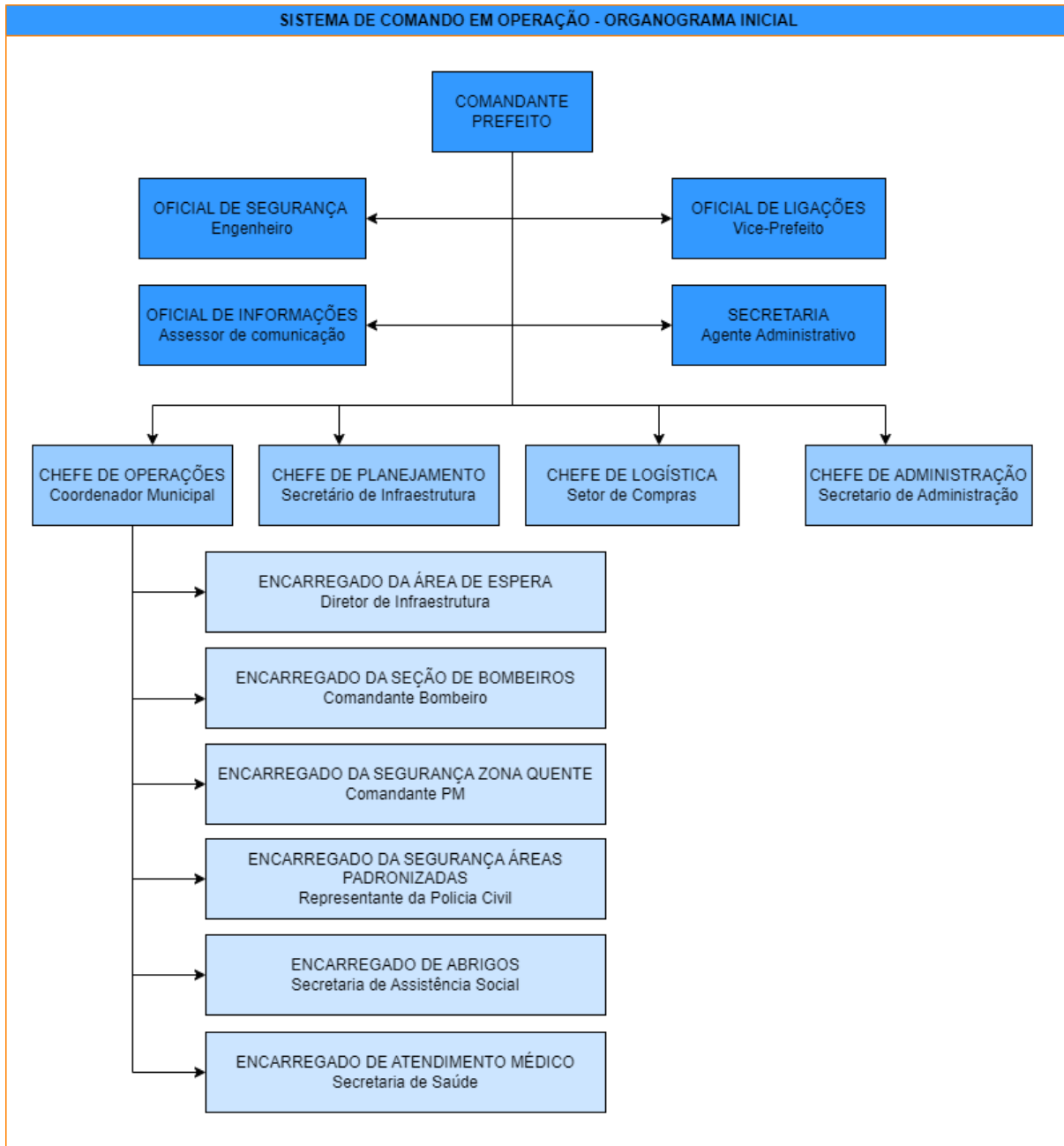
Fonte: Google Maps

Quadro 7 - Protocolo de Ativação do Plancon

Nível	Limiares	Ações
Normalidade	Situação de normalidade	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, mapear e atualizar áreas de risco; - Revisões do Plancon; - Identificação e preparação de áreas de interesse do SCO; - Treinamentos e capacitações; - Campanhas de conscientização; - Manutenção da infraestrutura.
Observação	Existe probabilidade de uma ameaça meteorológica provocar danos	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciar monitoramento constante das condições meteorológicas; - Revisar os protocolos de atuação para o nível de aviso recebido; - Comunicar e conscientizar o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil para a probabilidade de um evento adverso acontecer.




Atenção	O risco de um evento meteorológico e/ou hidrológico adverso é significativo, mas sua ocorrência, quanto à localização ou ao momento, ainda é incerta.	<ul style="list-style-type: none">- Intensificar o monitoramento constante das condições meteorológicas;- Garantir que todas as etapas anteriores foram executadas;- Avisar a população sobre a probabilidade do evento;- Garantir a Comunicação ao Grupo de Ações Coordenadas Municipal sobre o aviso;- Garantir que todos os materiais, ferramentas e equipamentos estão em condição de pronto emprego;- Verificar as condições de ativação dos abrigos temporários;- Verificar o nível dos estoques dos itens de assistência humanitária;- Verificar e atualizar o plano de chamada.
Alerta	É emitido quando um evento meteorológico e/ou hidrológico está acontecendo, é iminente ou provável. Um aviso significa que as condições do tempo configuram uma ameaça à vida ou propriedade	<ul style="list-style-type: none">- Garantir que a população receba o aviso e esteja ciente das ações de autoproteção;- Acionar primeiro escalão do Organograma do Sistema de Comando em Operações;- Deixar em prontidão o Grupo de Ações Coordenadas Municipal;- Definir as ações conforme evolução do evento e Plano de Ação;

Figura 20. Sistema de Comando em Operações - SCO



Quadro 8 - Instalações Padronizadas

Instalação	Edificação	Localização	QrCode
Acampamento	Centro de Tradições Gaúchas – CTG Potro sem Dono	Av. João Moreira Filho, 1423 - 89817-000 -27.132940, -52.782905	
Área de Concentração de Vítimas	Igreja Matriz – Capela São Miguel Arcanjo	Rua Dante Travi, 44 N, Centro -27.133001, -52.787239	
Área de Espera (estacionamento)	Pátio Igreja Matriz – Capela São Miguel Arcanjo	Rua Dante Travi, 44 N, Centro -27.133001, -52.787239	
Base de Apoio	Secretaria de Obras	R. João Bôrtolo Fávoro, 238-282 - 89817-000 -27.136385, -52.787887	
Centro de Informações	Prefeitura	R. Manoel Rolim de Moura, 825 -89817-000 -27.131514, -52.785886	
Helibase	Aeroporto Chapecó	-27.13169908017335, - 52.66086709444288	
Heliponto	Campo de Futebol	Rua Dante Travi, 344 N, Centro -27.131760, -52.788068	

Posto de Comando	Prefeitura	R. Manoel Rolim de Moura, 825 -89817-000 -27.131514, -52.785886	
Abrigo 1	Pavilhão comunidade São Miguel Arcanjo	Rua Dante Travi, 44 N, Centro -27.133001, -52.787239	
Abrigo 2	Escola Municipal Francisco Corá	R. Procópio Machado da Silva - 89817-000 -27.132641, -52.779627	
Abrigo Animais	Parque de Exposição Municipal	Av. João Moreira Filho, 1423 - 89817-000 -27.132940, -52.782905	

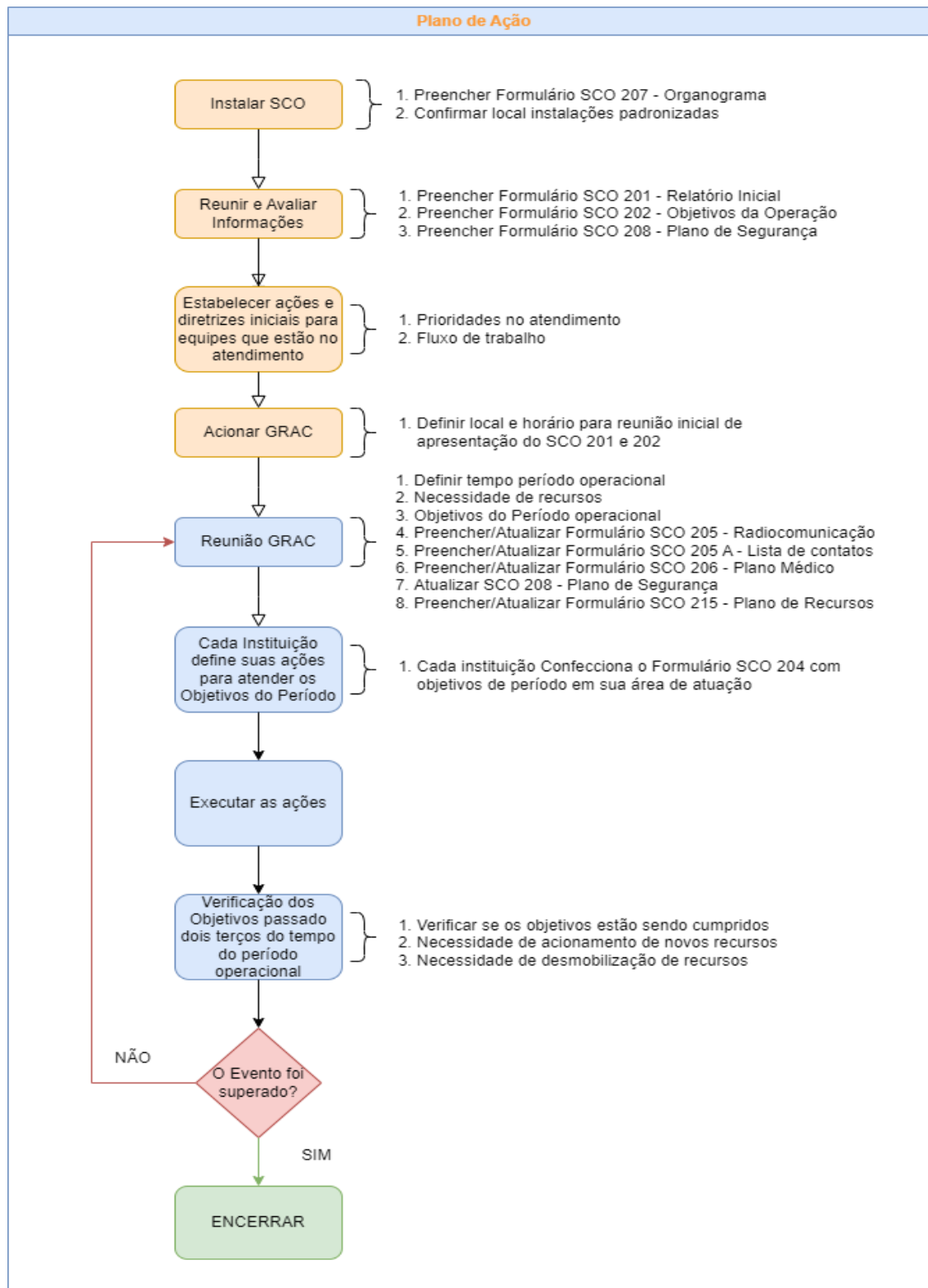
8. PLANO DE CHAMADA

Um plano de chamada é um conjunto de procedimentos e contatos estabelecidos previamente para garantir uma comunicação eficiente em situações de emergência, permitindo a notificação rápida e precisa das pessoas relevantes para responder a um incidente ou crise. **Cabe a cada representante acionar os elementos subordinados.**

RESPONSÁVEIS PELO ACIONAMENTO			
	Nome	Celular	Fixo
Titular	Manuelle O. P. de Almeida	(49) 9 8838-8953	(49) 3336-0102
Suplente 1	Vera Mari Fratin	(49) 9 9917-7041	(49) 3336-0397
Suplente 2	Vilson Antonio Zamboni	(49) 9 9178-4743	(49) 3664-7096

8.1 AÇÕES E PROCEDIMENTOS

Figura 21. Fluxograma Geral



Quadro 9 - Ações Específicas para Eventos Adversos

O QUÊ	QUEM	ONDE	QUANDO	COMO
Transmissão de avisos	Secretaria da COMPDEC	Nos canais de comunicação	Ao receber aviso da SDC	<ol style="list-style-type: none"> 1. Emitindo avisos para emissoras de rádio para retransmissão para população; 2. Canais de comunicação interna para o GRAC.
Instalar o SCO	Coordenador Municipal	Posto de Comando	Houver caracterizado a necessidade de acionamento do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil	<ol style="list-style-type: none"> 1. Convocando o comandante; 2. Convocando o Staff de comando; 3. Convocando o Staff geral.
Avaliar a situação inicial	Comandante, Of de Segurança Ch Operações	Área de impacto	Primeiro passo após assumir comando do SCO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formar visão geral do que ocorreu 2. Avaliar a situação e verificar até onde evoluir 3. Definir se há necessidade de ativação da área de concentração de vítimas; 4. Definir necessidade de ativação de abrigos; 5. Definir ações prioritárias para unidades que estão atuando; 6. Levantar necessidade de

				recursos adicionais
Garantir segurança no local	Of de Segurança	Zona quente	Na avaliação inicial	1. Avaliar os riscos da operação e identificar medidas de segurança.
Acionar o GRAC	Of de Ligações	Posto de Comando	Após a avaliação inicial	1. Executando plano de chamada informando data, hora e local da primeira reunião de alinhamento
Reunião do GRAC	Comando, Staff de comando, Staff geral e GRAC	Posto de Comando	No horário definido pelo Of de Ligações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir tempo do período operacional; 2. Definir objetivos do período operacional; 3. Levantar a necessidade de recursos extras; 4. Cadastrar SCO 205 - Radiocomunicação; 5. Cadastrar SCO 205 A - Plano de Chamada; 6. Cadastrar SCO 206 - Plano Médico; 7. Cadastrar SCO 215 - Recursos.
Mobilização de Recursos	Instituições do GRAC	Posto de Comando	No fim da reunião de alinhamento	1. As equipes que serão mobilizadas

				deverão ser direcionadas para sua área de atuação conforme definido na reunião de alinhamento.
Reunião de Preparação	Instituições do GRAC	No centro de operações de cada instituição	Antes do início da operação da instituição	1. Reunir para briefing equipe mobilizada e informar os dados iniciais do evento, o fluxo de trabalho, a unidade de comando, a rede de informação e os objetivos da instituição no ciclo operacional.
Execução	Todos	Áreas especificadas na reunião de alinhamento	No início do ciclo operacional	1. Executar objetivos definidos para cada instituição no SC 204

8.2 RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS

Quadro 10 - Órgãos Setoriais

Coordenadoria Municipal da Proteção e Defesa Civil	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar e mapear as áreas de risco de desastres; 2. Promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas; 3. Realizar o monitoramento das áreas de risco classificadas como de risco alto e muito alto; 4. Produzir e transmitir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres; 5. Manter estrutura, legislação e sistemas de proteção e defesa civil atualizados e operantes; 6. Fornecer educação e capacitação para a comunidade sobre medidas de prevenção de desastres, planejamento urbano resiliente e preparação para futuros eventos adversos; 7. Manter cadastro de voluntários e estimular NUPDECs; 8. Realizar treinamentos simulados com a população e instituições de resposta; 9. Vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva; 10. Manter recursos humanos e materiais, ferramentas e equipamentos em condições de pronto emprego; 11. Manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos; 12. Manter plano de chamada atualizado.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar a decisão da instalação do SCO; 2. Coordenar as ações de socorro; 3. Apoio na garantia das vias de acessos a zona quente; 4. Monitoramento constante das áreas de risco; 5. Decisão pela evacuação da população; 6. Realizar avaliações rápidas e abrangentes dos danos causados pelo desastre e das necessidades de recuperação, a fim de orientar as operações de resposta e priorizar a distribuição de recursos.; 7. Prover recursos adicionais necessários para as instituições do GRAC realizarem suas ações; 8. Registrar as informações da operação em formulários padronizados; 9. Decidir pela abertura dos abrigos temporários; 10. Prover ou solicitar itens de assistência humanitária; 11. Coordenar ações de controle e de distribuição de itens de assistência humanitária; 12. Recomendar decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública; 13. Manter o estado e a união informada sobre a situação no município; 14. Preencher formulário de informação de desastre; 15. Orientar pessoas sem treinamento em SCO com as informações mínimas para que possam integrar-se ao sistema em operação;
No restabelecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Priorizar as áreas e setores mais afetados pelo desastre, identificando as necessidades mais urgentes e desenvolvendo um plano de restabelecimento estratégico para orientar os esforços de reconstrução;

	<ol style="list-style-type: none"> 2. Cadastrar plano de trabalho de restabelecimento; 3. Apoiar o restabelecimento de água potável; 4. Apoiar o restabelecimento de energia elétrica; 5. Apoiar o restabelecimento do sistema de transporte; 6. Apoiar o restabelecimento do sistema de comunicação; 7. Coordenar o restabelecimento da oferta de alimentação e combustíveis; 8. Coordenar o restabelecimento dos serviços de saúde e educação; 9. Coordenar a remoção de escombros; 10. Coordenar a desobstrução e limpeza de vias de acesso; 11. Coordenar a criação de acessos públicos alternativos; 12. Coordenar a destinação de resíduos sólidos; 13. Coordenar a desmontagem de edificações comprometidas; 14. Coordenar mutirão de recuperação das unidades habitacionais
Na reconstrução	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastrar plano de trabalho de reconstrução; 2. Coordenar a reconstrução do sistema de água potável e esgoto; 3. Coordenar a reconstrução do sistema de energia elétrica; 4. Coordenar a reconstrução de vias e estradas; 5. Coordenar a reconstrução de obras de arte, pontes e etc.; 6. Coordenar a reconstrução de estruturas públicas prioritárias (Saúde, educação, segurança, etc); 7. Coordenar a reconstrução de residências; 8. Monitorar o progresso da reconstrução, avaliar os resultados das intervenções realizadas e ajustar os planos conforme necessário para garantir uma reconstrução eficaz e sustentável.

Gabinete, Jurídico e Comunicação

Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar o desenvolvimento de políticas e diretrizes relacionadas à gestão de riscos e de desastres; 2. Alocar recursos financeiros adequados para atividades de proteção e defesa civil; 3. Nomear autoridades responsáveis pela coordenação e execução das operações de proteção e defesa civil, bem como estabelecer cadeias de comando claras; 4. Facilitar a coordenação e colaboração entre diferentes agências governamentais, departamentos municipais, organizações não governamentais e setor privado para garantir uma abordagem integrada e eficaz na preparação para desastres; 5. Apoiar a criação de programas educacionais e iniciativas de sensibilização pública sobre prevenção de riscos e preparação para desastres, envolvendo escolas, empresas locais, organizações comunitárias e grupos de voluntários 6. Apoiar a execução das atribuições do sistema de proteção e defesa civil.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Supervisionar o estabelecimento do sistema de operações - SCO; 2. Supervisionar e garantir a mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros necessários para as operações de resposta, incluindo equipes de resgate, equipes médicas, equipamentos de emergência e suprimentos; 3. Estabelecer locais e horários para a divulgação de informações; 4. Garantir a informação para a população sobre a situação atual, instruções de segurança, locais de abrigo, rotas de evacuação e outros detalhes relevantes

	<p>por meio de canais de comunicação oficiais, como mídia local, redes sociais e boletins de emergência;</p> <ol style="list-style-type: none"> 5. Observar as restrições para a divulgação de informações estabelecidas pelo comando da operação ; 6. Supervisionar e garantir a execução das operações de resgate, evacuação e assistência às vítimas em colaboração com agências de segurança pública, equipes de resgate e organizações de voluntários; 7. Garantir que as necessidades de saúde e bem-estar das vítimas sejam atendidas, fornecer assistência médica, alojamento temporário, alimentos, água potável e outros serviços essenciais; 8. Tomar decisões rápidas e eficazes em situações de emergência com a finalidade de proteger a vida e o patrimônio da população; 9. Manter a coordenação estreita com agências governamentais locais, estaduais e federais, organizações não governamentais, setor privado e outras partes interessadas para garantir uma resposta integrada e eficaz; 10. Elaborar boletins oficiais sobre o evento adverso; 11. Gerenciar centro de informações ao público e imprensa.
No restabelecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Buscar e mobilizar recursos financeiros e assistência externa, incluindo fundos de emergência, programas de assistência governamental, ajuda humanitária e apoio de agências de desenvolvimento; 2. Implementar medidas para apoiar a recuperação econômica da comunidade, incluindo programas de auxílio financeiro para empresas afetadas, incentivos fiscais e iniciativas de desenvolvimento econômico; 3. Estimular o desenvolvimento de planos de longo prazo para aumentar a resiliência da comunidade a futuros desastres, incluindo medidas de mitigação de riscos, educação pública e melhoria da infraestrutura de alerta precoce.
Na reconstrução	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir a reconstrução de habitações danificadas ou destruídas pelo desastre, garantindo que as pessoas deslocadas tenham acesso a moradias seguras e adequadas; 2. Implementar medidas para estimular a recuperação econômica local, incluindo incentivos para investimentos privados, apoio a pequenas empresas e criação de empregos na reconstrução; 3. Estabelecer parcerias e colaborar com agências governamentais, organizações não governamentais, setor privado e comunidade local para garantir uma reconstrução coordenada e participativa

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prever investimentos para o Sistema de Proteção e Defesa Civil na LOA; 2. Garantir recursos para realização de treinamentos do pessoal necessário para as operações de defesa civil; 3. Garantir meios e recursos para aquisição dos suprimentos de emergência necessários, como itens de assistência humanitária, materiais, equipamentos e ferramentas; 4. Garantir recursos para a manutenção adequada de instalações e equipamentos de emergência, como abrigos, veículos, geradores e sistemas de comunicação; 5. Apoiar a execução das atribuições do sistema de proteção e defesa civil
---------------	---

Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilizar e gerenciar os recursos disponíveis; 2. Gerenciar as atividades de suporte da operação (materiais, suprimentos e instalações); 3. Realizar a captação de recurso financeiro extraordinário oriundos do Estado e da União; 4. Monitorar as operações como um todo para identificar possíveis conflitos ou problemas no relacionamento entre as instituições envolvidos; 5. Organizar as dependências do posto de comando, providenciando serviços de apoio; 6. Registrar em atas todas as reuniões de trabalho; 7. Elaborar e manter atualizado relatórios de danos e prejuízos na sua área de atuação; 8. Obter, reunir, registrar, julgar, processar e compartilhar informações; 9. Realizar o controle de horas de trabalho do pessoal e equipamentos empregados para fins de pagamento;
No restabelecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Controlar e registrar os custos da operação como um todo;
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Obras e serviços

Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado; 4. Apoiar a execução das atribuições do sistema de proteção e defesa civil
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Setor de engenharia deve avaliar os riscos da operação, identificar medidas de segurança e monitorar a segurança das pessoas envolvidas na operação; 2. Interromper, de imediato, qualquer ato ou condição insegura nas operações de socorro; 3. Garantir acesso nas vias públicas; 4. Apoiar a evacuação da população; 5. Cadastrar os recursos mobilizados que chegam ao local da emergência; 6. Apoiar a distribuição de itens de assistência humanitária; 7. Elaborar e manter atualizado relatórios de danos e prejuízos na sua área de atuação; 8. Coordenar a participação de especialistas e colaboradores; 9. Planejar e implementar a desmobilização dos recursos;
No restabelecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar uma avaliação abrangente dos danos causados pelo desastre e das necessidades de recuperação da comunidade, incluindo danos a infraestruturas e propriedades; 2. Construção de acessos públicos alternativos ou provisórios como alternativa a trechos interrompidos; 3. Restabelecer infraestruturas danificadas, como estradas e pontes; 4. Apoiar o restabelecimento de redes de água e energia elétrica e outros serviços essenciais à comunidade; 5. Tratamento emergencial e destinação de resíduos sólidos; 6. Apoiar a limpeza e descontaminação de edificações e instalações;

	<ol style="list-style-type: none"> 7. Apoiar a vistoria técnica às estruturas atingidas e emissão de laudos técnicos; 8. Realizar a desmontagem de edificações comprometidas; 9. Apoiar mutirão de recuperação das unidades habitacionais
Na reconstrução	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconstruir e reabilitar espaços públicos, parques, praças e áreas de recreação afetadas pelo desastre, promovendo a coesão social e a recuperação emocional da comunidade.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuária e Meio Ambiente

Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado; 4. Apoiar a execução das atribuições do sistema de proteção e defesa civil; 5. Incentivar a instalação de cisternas para armazenar água nas propriedades
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementação e gerenciamento de abrigo para animais; 2. Elaborar e manter atualizado relatórios de danos e prejuízos na sua área de atuação;
No restabelecimento	
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social, Vigilância Sanitária e SAMU

Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Confeccionar e manter atualizado plano de contingência sobre riscos biológicos; 2. Manter atualizada a Lei do SUAS do município para contemplar as atribuições da Assistência Social em contexto de emergência e a regulamentação dos benefícios eventuais preconizados pela Lei Orgânica da Assistência Social; 3. Efetivar o termo de aceite para o cofinanciamento federal para o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências - Portaria nº 90/2013; 4. Produzir mapas e diagnósticos das situações de vulnerabilidade em locais de áreas de risco; 5. Garantir a inclusão das famílias das áreas de risco em vulnerabilidade social no Cadastro Único; 6. Organizar e manter atualizado o cadastro de profissionais da rede socioassistencial e organizações da sociedade civil integrantes da rede socioassistencial que possam ser designados a atuar nos contextos de emergência; 7. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 8. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego;
---------------	--

	<ol style="list-style-type: none"> 9. Manter plano de chamada atualizado; 10. Apoiar a execução das atribuições do sistema de proteção e defesa civil
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Saúde/Samu: responsável por todo o processo de atendimento das vítimas desde o acolhimento na área de concentração de vítimas ou unidade de saúde conforme previsto em plano de contingência da saúde; 2. Vigilância sanitária: responsável por toda a execução referente à sua área de atuação conforme plano de contingência de vigilância sanitária; 3. Assistência Social: responsável pela identificação da população afetada, acolhimento, gerenciamento de abrigo, captação e gerenciamento de doações, gerenciamento de itens de assistência humanitária e todos os demais serviços de assistência social conforme plano de contingência da assistência social
No restabelecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conforme previsto nos planos de contingência próprios.
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar a COMPDEC nas ações de educação e capacitação para a comunidade sobre medidas de prevenção de desastres, planejamento urbano resiliente e preparação para futuros eventos adversos;
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerenciar a suspensão das aulas; 2. Gerenciar em horário de aula a condução segura dos alunos para suas residências ou abrigos; 3. Elaborar e manter atualizado relatórios de danos e prejuízos na sua área de atuação;
No restabelecimento	
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

Câmara Municipal de Vereadores

Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC;
Na resposta	
No restabelecimento	
Na reconstrução	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir que os esforços de reconstrução promovam a inclusão e equidade, dando voz às comunidades mais vulneráveis e marginalizadas e assegurando que todos se beneficiem do processo de reconstrução

Centro Integrado de Gestão de Risco e Desastre Regional - CIGERD Regional

Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter os membros da COMPDEC capacitados; 2. Apoiar a identificação e mapeamento de áreas de risco em articulação com a união e municípios; 3. Apoiar com repasse de informações sobre monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das áreas de risco; 4. Apoiar na elaboração de Planos de Contingência; 5. Apoiar na elaboração de treinamentos simulados.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar os municípios no processo de gestão do desastre; 2. Apoiar os municípios nos processo de decretação de SE ou ECP; 3. Mobilizar recursos adicionais para ações de socorro; 4. Apoiar os municípios com fornecimento de itens de assistência humanitária; 5. Orientar os municípios na solicitação de recursos estaduais e federais para resposta; 6. Apoiar o município no dimensionamento de risco das áreas afetadas; 7. Orientar o município nas ações de interdição de edificações em área de risco.
No restabelecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilizar recursos adicionais para ações de restabelecimento; 2. Orientar os municípios na solicitação de recursos estaduais e federais para restabelecimento; 3. Apoiar o município no dimensionamento de risco das áreas afetadas a serem restabelecidas; 4. Vistorias de fiscalização nas obras de restabelecimentos com recursos estaduais.
Na reconstrução	<ol style="list-style-type: none"> 1. Orientar os municípios na solicitação de recursos estaduais e federais para reconstrução; 2. Apoiar o município no dimensionamento de risco das áreas afetadas a serem reconstruídas; 3. Vistorias de fiscalização nas obras de reconstrução com recursos estaduais.

Corpo de Bombeiros

Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado; 4. Vistorias preventivas em áreas de risco.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir os acessos a zona quente; 2. Executar ações de atendimento pré-hospitalar, buscas, resgates e salvamentos; 3. Apoio na evacuação da população; 4. Apoio a logística de itens de assistência humanitária.
No restabelecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio em vistorias de edificações afetadas; 2. Apoio em vistorias das áreas de risco;

	3. Apoio na limpeza de edificações públicas e vias públicas.
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas.

Polícia Militar	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio na evacuação da população em área de risco; 2. Garantir a segurança e pontos de controle da zona quente, controlando o tráfego, coordenando a circulação de veículos de emergência e de equipes de resposta para facilitar o acesso às áreas afetadas, garantindo a fluidez do tráfego durante operações de socorro; 3. Executar ações de patrulhamento ostensivo nas áreas afetadas e no entorno das instalações padronizadas; 4. Proteger instalações e infraestrutura crítica, como hospitais, postos de saúde, escolas, redes de energia e abastecimento de água, contra danos, vandalismo ou sabotagem durante eventos de desastres; 5. Apoio a logística de itens de assistência humanitária; 6. Oferecer apoio psicossocial às vítimas e suas famílias, incluindo assistência emocional, orientação e encaminhamento para serviços de apoio adicionais.
No restabelecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Executar ações de segurança ostensivas nas áreas afetadas e no entorno das instalações padronizadas;
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

Polícia Civil - SAER	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar transporte de urgência das vítimas; 2. Prestar assistência às equipes de resgate e socorro em operações de busca e salvamento, fornecendo transporte e apoio logístico quando necessário; 3. Apoiar na logística de itens de assistência humanitária;
No restabelecimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar com transporte e apoio logístico quando necessário
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

Polícia Civil - Agentes	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar na evacuação da população das áreas de risco; 2. Manter registros de pessoas desaparecidas e colaborar com as equipes de busca e salvamento para identificar e localizar pessoas; 3. Garantir a segurança interna das instalações padronizadas; 4. Apoiar a logística de itens de assistência humanitária; 5. Realizar investigação criminal nos desvios de conduta dos servidores envolvidos no atendimento da emergência;
No restabelecimento	
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

Polícia Militar - Ambiental	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado; 4. Realizar fiscalização com objetivo de prevenir atividades ilegais que possam agravar desastres; 5. Apoiar na identificação de áreas de risco e de potenciais impactos ambientais durante eventos adversos.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar na evacuação da população das áreas de risco; 2. Apoiar principalmente com uso de embarcações, o salvamento da população afetada; 3. Realizar operações de resgate e salvamento de animais silvestres afetados por eventos de desastres naturais; 4. Apoiar no monitoramento ambiental para detectar mudanças nos ecossistemas que possam indicar riscos de deslizamentos ou outros impactos ambientais decorrentes de chuvas intensas; 5. Apoiar o monitorar o nível dos rios, reservatórios e corpos d'água para avaliar grau de risco; 6. Apoiar na logística de itens de assistência humanitária; 7. Investigar casos de fraudes, crimes ambientais ou outros delitos relacionados a desastres naturais;
No restabelecimento	
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

Polícia Militar - Rodoviária	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 7. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 8. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 9. Manter plano de chamada atualizado.
Na resposta	12. Apoiar na logística de itens de assistência humanitária;
No restabelecimento	
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

Regional de Saúde	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 6. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 7. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 8. Manter plano de chamada atualizado.
Na resposta	1. Apoiar a implementar a operacionalização da área de concentração de vítimas;
No restabelecimento	
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

Serviço de Atendimento Médico de Urgência - SAMU	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar a implementar a operacionalização da área de concentração de vítimas; 2. Apoiar a triagem de múltiplas vítimas na zona quente; 3. Realizar o atendimento médico de urgência e o transporte das vítimas da zona quente; 4. Instalar e gerenciar hospital de campanha quando necessário;
No restabelecimento	
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar o monitoramento do nível dos rios, reservatórios e corpos d'água para avaliar grau de risco; 2. Elaborar e manter atualizado relatórios de danos e prejuízos na sua área de atuação;
No restabelecimento	
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

Centrais Elétricas de SC - CELESC	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar e manter atualizado relatórios de danos e prejuízos na sua área de atuação;
No restabelecimento	
Na reconstrução	

Instituto do Meio Ambiente - IMA	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado; 4. Apoiar na identificação de áreas de risco e potenciais impactos ambientais durante eventos adversos.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 3. Investigar casos de fraudes, crimes ambientais ou outros delitos relacionados a desastres naturais; 4. Apoiar o monitoramento do nível dos rios, reservatórios e corpos d'água para avaliar grau de risco; 5. Elaborar e manter atualizado relatórios de danos e prejuízos na sua área de atuação;
No restabelecimento	

Na reconstrução	
-----------------	--

Polícia Científica de SC	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar a identificação de vítimas;
No restabelecimento	
Na reconstrução	Sem ações pré-definidas

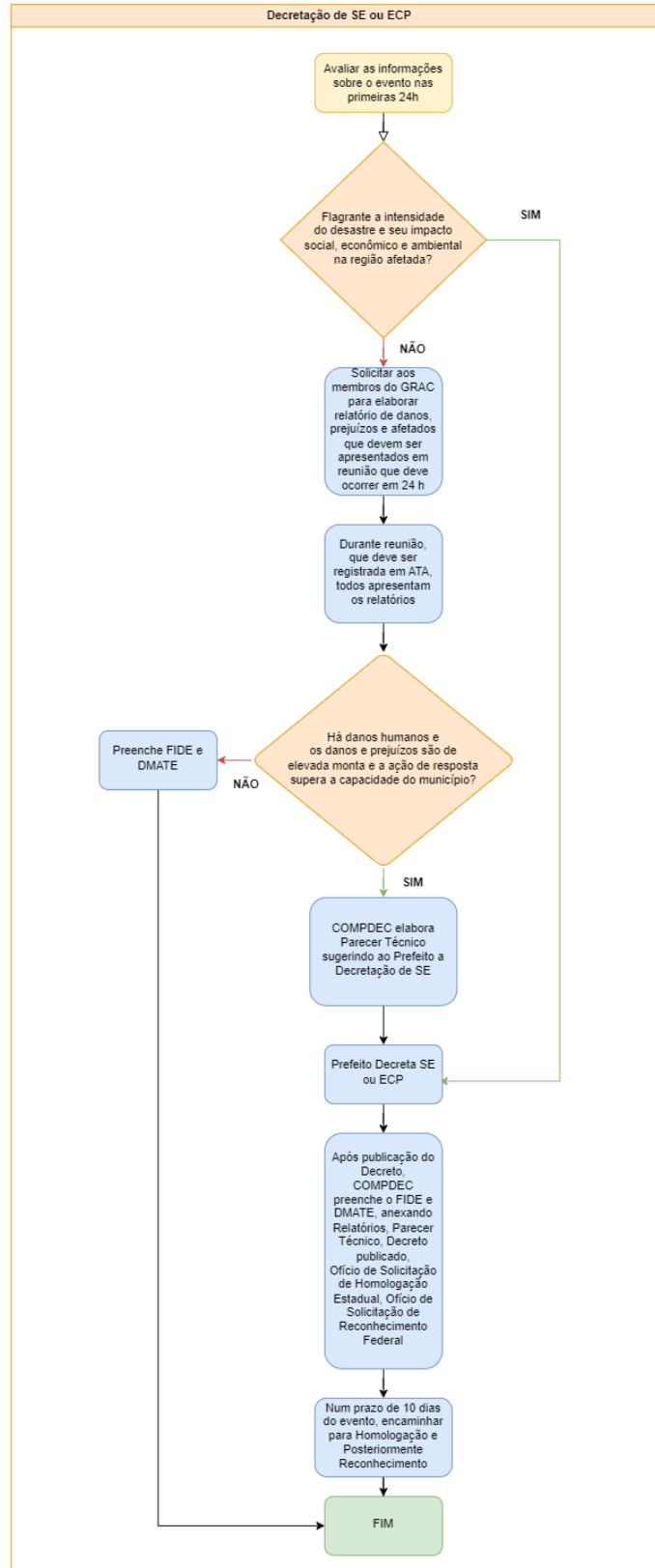
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão de SC - EPAGRI	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado; 4. Fomentar programas de incentivo a instalação de cisternas para armazenamento de água nas propriedades rurais;
Na resposta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar e manter atualizado relatórios de danos e prejuízos na sua área de atuação;
No restabelecimento	
Na reconstrução	

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola - CIDASC	
Na preparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC; 2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego; 3. Manter plano de chamada atualizado.
Na resposta	
No restabelecimento	
Na reconstrução	

Secretaria de Infraestrutura - SIE

Na preparação	<ol style="list-style-type: none">1. Manter-se informado sobre as condições meteorológicas e avisos emitidos pela DC;2. Manter materiais e equipamentos em condições de pronto emprego;3. Manter plano de chamada atualizado.
Na resposta	<ol style="list-style-type: none">1. Elaborar e manter atualizado relatórios de danos e prejuízos na sua área de atuação;
No restabelecimento	
Na reconstrução	

Figura 22. Fluxograma Para Decretação de SE ou ECP



6. PROCEDIMENTOS PARA DESATIVAÇÃO DO PLANCON

O plano de contingência pode ser desativado quando a situação que motivou sua ativação estiver estabilizada, observando os seguintes pontos:

- A causa ou o evento de emergência que levou à implementação do plano não representa mais uma ameaça iminente e as medidas regulares de operação podem ser retomadas;
- Restauração das instalações, sistemas ou processos afetados pela emergência e a verificação de que eles estão funcionando conforme o esperado;
- Se o risco de ocorrência do evento de emergência diminuiu significativamente ou se medidas de mitigação adicionais foram implementadas para reduzir a probabilidade de sua ocorrência;
- Se os recursos essenciais (como pessoal treinado, equipamentos, suprimentos) não são mais necessários ou podem ser alocados para outras prioridades;
- Se um tempo limite for atingido sem nenhuma ocorrência ou agravamento da situação de emergência.

A decisão pela desativação do plano será tomada na reunião do GRAC de definição dos objetivos do período operacional.

7. AVALIAÇÃO PÓS-AÇÃO

A avaliação das ações do plano de contingência é um processo crítico para garantir que o plano tenha sido eficaz e para identificar áreas que possam exigir melhorias futuras. É necessário que cada instituição participante forneça um relatório contendo:

1. Revisão dos objetivos do plano: Revisar os objetivos iniciais do plano de contingência. O plano serviu para alcançar os objetivos propostos?
2. Comparação com os resultados alcançados: O plano conseguiu mitigar os riscos, minimizar os impactos e alcançar os objetivos estabelecidos?
3. Identificação de pontos fortes e áreas de melhoria: Identifique os pontos fortes do plano de contingência, ou seja, as ações que foram eficazes e bem-sucedidas. Também identifique as áreas que podem precisar de melhorias, onde as ações não foram tão efetivas ou onde foram encontradas dificuldades.
4. Análise de lições aprendidas: Realize uma análise detalhada das lições aprendidas durante a implementação do plano de contingência. Identifique quaisquer falhas ou deficiências que foram encontradas e determine quais ações corretivas podem ser necessárias para melhorar o plano no futuro.

11. REFERÊNCIAS

Águas de Santa Catarina. Disponível em:

https://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/bacias_hidrograficas/bacias_hidrograficas_sc.pdf

AUGUSTO FILHO, O. Caracterização geológico-geotécnica voltada à estabilização de encostas: uma proposta metodológica. In: Conferência Brasileira sobre Estabilidade de Encostas-COBRAE. Anais... 1992. p. 721-733.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17 mar. 2014.

CARVALHO, C. S. et al. Mapeamento de perigo de escorregamentos em áreas urbanas precárias brasileiras com a incorporação do Processo de Análise Hierárquica (AHP). Tese (Doutorado em Geotecnia) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos: 2011, 194p. Cidade e Estados – IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc>

Códigos COBRADE – Defesa Civil. Disponível em:

<http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf>

Dados históricos INMET. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades, 2015.

Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>. Acesso em 08 mar. 2016.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em:

<http://clima1.cptec.inpe.br/monitoramentobrasil/pt>

MINISTERIO DAS CIDADES / INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLOGICAS – IPT. Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios. Celso Santos Carvalho, Eduardo Soares de Macedo e Agostinho Tadashi Ogura, organizadores – Brasília: Ministerio das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES / INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT. Treinamento de Técnicos Municipais para o Mapeamento e Gerenciamento de Áreas Urbanas com Risco de Escorregamentos, Enchentes e Inundações. Apostila de treinamento. 2004. 73p.

Norma ABNT NBR 6.023. Disponível em:

https://docs.google.com/file/d/1qDRhi4gZN_cTkIo1OgjCcZzGD0Jj2HfP/view

Portal ENSP – Fiocruz. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal->



<ensp/informe/site/arquivos/anexos/adbd1fb1bd20e237ab67233e3f0a4cfe67a267c.PDF>

Produtos por Estado - Setorização de Risco Geológico – CPRM. Disponível em:

<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres/Produtos-por-Estado---Setorizacao-de-Risco-Geologico-5390.html>

Relatórios Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. Disponível em:

<https://s2id.mi.gov.br/paginas/relatorios/>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES. Atlas brasileiro de desastres naturais: 1991 a 2010, 2 ed. Ver. Ampl., Florianópolis. 2012. 168p. BRASIL. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Manual de Orientações para a produção de planos de contingências de proteção e defesa civil (PLANCON), Brasília, agosto de 2012.

ANEXOS

Anexo I - Lista de equipamentos e máquinas

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Caminhão Basculante	5	Pátio da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guatambu
Retroescavadeira	2	Pátio da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guatambu
Patrola Motoniveladora	2	Pátio da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guatambu
Escavadeira Hidráulica PC160	1	Pátio da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guatambu
Trator de Esteira	1	Pátio da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guatambu
Rolo Compactador	1	Pátio da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Guatambu